

LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.
PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO
ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 28/04/2016

Prezados Senhores,

A Administração da Light S.E.S.A. (“Light S.E.S.A” ou “Companhia”) submete à apreciação de seus acionistas sua proposta sobre as matérias que serão deliberadas nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, a realizarem-se em **28 de abril de 2016, às 14:00h**, na sede da Companhia, na Av. Marechal Floriano, 168, Centro, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, referentes aos seguintes assuntos constantes da ordem do dia, nos termos abaixo propostos (“Proposta”):

Matérias constantes da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária.....	3
1 - Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015.....	3
2 – Deliberar sobre a proposta para a destinação do resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015 e distribuição de dividendos.....	3
3 - Definir o número de membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração.....	3
4 – Eleger os membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração	4
5 - Fixar a remuneração anual global dos administradores	4
Matéria constante da ordem do dia da Assembleia Geral Extraordinária... 4	
1 – Retificar a remuneração global dos Administradores no exercício de 2015	4
ANEXO I - Comentários dos Administradores sobre a Situação Financeira da Companhia nos Termos do Item 10 do Formulário de Referência	5
ANEXO II - Destinação do Lucro Líquido (conforme Instrução 481 (Anexo 9-1-II))	54
ANEXO III – Definir o número de membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração.....	Erro! Indicador não definido.
ANEXO IV – Eleger os membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração	55
ANEXO V – Fixar a remuneração anual global dos administradores	66

Todas as informações e os documentos referidos na presente Proposta e previstos nos arts. 9º, 10 e 12, da Instrução CVM nº 481/09 encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia e no seu website (ri.light.com.br), no website da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br), bem como foram contemplados nos Anexos da presente Proposta.

Rio de Janeiro, 29 de março de 2016.

A Administração

Matérias constantes da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária

1 - Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015

Para deliberar sobre este item, são disponibilizados aos acionistas, conforme Instrução CVM nº 481/09: (i) o Relatório da Administração; (ii) Cópia das Demonstrações Financeiras; (iii) Comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia, na forma do item 10 do Formulário de Referência previsto no Anexo A da Instrução CVM nº 552/14, que alterou o Anexo 24 da Instrução CVM nº 480/2009, conforme **Anexo I** da presente Proposta; e (iv) o Parecer dos Auditores Independentes, Deloitte Touche Tohmatsu.

2 – Deliberar sobre a proposta para a destinação do resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015

Para deliberar sobre este assunto, são disponibilizados aos acionistas: (a) a presente Proposta para a destinação do resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015; e (b) o **Anexo II** da presente Proposta nos termos da Instrução CVM nº 481/09 (Anexo 9-1-II não foi apresentado pois houve prejuízo no período).

3 - Definir o número de membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração

Conforme o Artigo 8º do Estatuto Social, o Conselho de Administração da Companhia deve ser composto de no mínimo 5 (cinco) e no máximo 13 (treze) membros efetivos e suplentes.

Atualmente, o Conselho de Administração da Companhia é composto de 10 (dez) conselheiros efetivos e respectivos suplentes indicados.

A administração da Companhia propõe que o Conselho de Administração continue sendo composto por 10 (dez) membros titulares e mesmo número de suplentes.

4 – Eleger os membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração

Nos termos da Lei nº 6.404/76, cabe ao acionista controlador da Companhia indicar pelos menos a maioria dos membros titulares e suplentes do órgão.

Em cumprimento à obrigação decorrente do disposto no item 4.4 Edital Nº PND - 01/96-LIGHT, publicado no âmbito do Programa Nacional de Desestatização, a Companhia deve ter 1 (um) conselheiro efetivo e respectivo suplente indicado por seus empregados.

Seguem no **Anexo III** as informações relativas aos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência, previsto no Anexo A da Instrução CVM nº 552/14, que alterou o Anexo 24 da Instrução CVM nº 480/2009, a respeito dos candidatos indicados pelos acionistas controladores à eleição/reeleição para os cargos de membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração.

5 - Fixar a remuneração anual global dos administradores

Conforme **Anexo IV** à presente Proposta, a remuneração anual dos Administradores, no valor total de **R\$ 20.291.652,00** (vinte milhões, duzentos e noventa e um mil, seiscentos e cinquenta e dois reais), para ano-calendário 2016, referente ao período de janeiro a dezembro, é disponibilizada nos termos do item 13 do Formulário de Referência previsto no Anexo A da Instrução CVM nº 552/14, que alterou o Anexo 24 da Instrução CVM nº 480/2009.

Matéria constante da ordem do dia da Assembleia Geral Extraordinária

1 – Retificar a remuneração global dos Administradores no exercício de 2015

Em Reunião do Conselho de Administração de 28 de março de 2016, a Administração da Companhia propôs encaminhar para Assembleia Geral Extraordinária a retificação da remuneração anual global dos Administradores, consolidada, de R\$19.861.724,00 (dezenove milhões, oitocentos e sessenta e um mil, setecentos e vinte e quatro reais, para R\$20.196.641,00 (vinte milhões, cento e noventa e seis mil, seiscentos e quarenta e um reais). O **Anexo IV** apresenta as justificativas para tal retificação.

ANEXO I - Comentários dos Administradores sobre a Situação Financeira da Companhia nos Termos do Item 10 do Formulário de Referência

10. Comentários dos diretores:

10.1. Os diretores devem comentar sobre:

10.1.a. condições financeiras e patrimoniais gerais

Patrimônio Líquido e Caixa*

R\$ milhões	2015	2014	2013
Caixa e equivalentes de caixa com liquidez imediata	257,6	252,1	375,2
Títulos e Valores Mobiliários	8,1	92,7	1.229,0
Patrimônio Líquido	2.549,4	2.481,6	2.436,5
Dívida Líquida	6.036,6	5.252,2	4.536,0
Dívida Líq. / Patrimônio Líquido	2,4	2,1	1,9

O patrimônio líquido da Light SESA, em 31 de dezembro de 2015, era de R\$ 2.549,4 milhões, um crescimento de 2,47%, ou R\$ 267,8 milhões, em relação aos R\$ 2.481,6 milhões totalizados em 31 de dezembro de 2014. Isso ocorreu devido ao aumento de capital no valor de R\$ 107,0 milhões, conforme ata da Assembleia Geral Extraordinária de 30 de dezembro de 2015.

Quando comparamos 2014 com 2013, observamos uma evolução no patrimônio líquido de R\$ 45,1 milhões, em função do lucro líquido de R\$ 349,1 milhões.

Em 31 de dezembro de 2015, a Light SESA tinha uma posição de caixa de R\$ 257,6 milhões e o montante de R\$ 8,1 milhões em títulos e valores mobiliários, totalizando R\$ 265,7 milhões de disponibilidades. O capital de giro da Companhia é suficiente para as atuais exigências e os seus recursos de caixa, inclusive empréstimos de terceiros, são suficientes para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos. Na mesma data, a dívida líquida totalizava R\$ 6.036,6, e a relação dívida ficou em 4,16x.

Em 31 de dezembro de 2014, a Light SESA tinha uma posição de caixa de R\$ 252,1 milhões e o montante de R\$ 92,7 milhões em títulos e valores mobiliários, totalizando R\$ 344,8 milhões de disponibilidades. Na mesma data,

a dívida líquida totalizava R\$ 5.252,2, e a relação dívida líquida/patrimônio líquido ficou em 3,70x.

Em 31 de dezembro de 2013, a Light SESA tinha uma posição de caixa de R\$ 375,2 milhões e o montante de R\$ 1.229,0 milhões em títulos e valores mobiliários, totalizando R\$ 1.604,2 milhões de disponibilidades. Na mesma data, a dívida líquida totalizava R\$ 4.536,0, e a relação dívida líquida/patrimônio líquido ficou em 2,84x.

Indicadores de Endividamento e Patrimoniais

Índices de Endividamento	2015	2014	2013
Índice de Endividamento Geral (Passivo Total/Ativo total)	78,75%	77,30%	77,00%
Composição de Endividamento (Passivo Circulante/Passivo Total)	38,26%	31,26%	37,50%
Imobilização do PL (Ativo Permanente/Patrimônio Líquido)	170,35%	170,30%	173,20%
Índices de Liquidez		2014	2013
Liquidez Corrente (Ativo Circulante/Passivo Circulante)	0,95	1,03	1,04
Liquidez Seca (Ativo Circulante – Estoques /Passivo Circulante)	0,94	1,02	1,03

O Índice de Endividamento Geral, que reflete a proporção dos ativos totais da empresa financiados por credores, aumentou 1,7 p.p. entre 2013 e 2015.

A Composição do Endividamento indica se a empresa concentra seu endividamento a curto ou longo prazo. No caso da Light Sesa, verifica-se maior concentração em dívidas de longo prazo nos anos de 2013 a 2015.

A Imobilização do Patrimônio Líquido indica o quanto do Ativo Permanente da Empresa está sendo financiado pelo seu Patrimônio Líquido. Quanto mais a empresa investir no Ativo Permanente, menos recursos próprios sobrarão para o Ativo Circulante e, em consequência, maior será a dependência de Capitais de Terceiros para o financiamento do Ativo Circulante. Entre 2015 e 2013, o perfil apresentado pela Companhia é compatível com setor capital intensivo.

A Liquidez Corrente e a Liquidez Seca refletem a capacidade de pagamento das obrigações de curto prazo. A Companhia espera melhora na geração operacional de caixa durante o exercício a findar em 31 de dezembro de 2016 em função dos ajustes tarifários obtidos durante o exercício findo em 31 de

dezembro de 2015, conjuntamente com a redução esperada de investimentos em 2016 e com a melhora no cenário hidrológico. Adicionalmente, a Companhia vem negociando a renovação dos empréstimos e financiamentos de curto prazo e alongamento do seu perfil de dívida. A Administração entende que o sucesso nessas etapas reverterá o cenário atual de capital circulante líquido negativo.

A Diretoria entende que os indicadores apresentados pela Companhia são compatíveis com o setor em que está inserida e que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar seu plano de negócios e cumprir suas obrigações de curto e longo prazo.

10.1.b. estrutura de capital

Os Diretores da Companhia entendem que a Companhia tem uma estrutura de capital equilibrada, representada, em 31 de dezembro de 2015, por um endividamento bruto de R\$ 6.294,2 milhões, enquanto em 31 de dezembro de 2014 era de R\$ 5.504, 2 milhões, e R\$ 4.911,2 milhões e em 31 de dezembro de 2013.

A seguir também é apresentada a oscilação dos indicadores Dívida Líquida / (Dívida Líquida + Patrimônio Líquido) e Patrimônio Líquido / (Dívida Líquida + Patrimônio Líquido), onde Dívida Líquida = Empréstimos e Financiamentos + Debêntures - Disponibilidades), apurados da seguinte forma:

Estrutura de Capital	2015	2014	2013
Dívida Líquida / (Dívida Líquida + Patrimônio Líquido)	70,28%	67,52%	57,58%
Patrimônio Líquido / (Dívida Líquida + Patrimônio Líquido)	29,72%	32,48%	42,42%

Em 31 de dezembro de 2015, a participação da Dívida Líquida na Dívida Líquida / (Dívida Líquida + Patrimônio Líquido), era de 70,28%, 2,8 p.p.

superior ao ano de 2014, ao passo que em 2014, este índice foi 9,9 p.p. superior a 2013.

Os diretores entendem que a atual estrutura de capital apresenta níveis adequados de alavancagem, respeitando os níveis de retorno e risco alinhados ao crescimento sustentável da Companhia.

Adicionalmente, a Administração informa que não há e não houve possibilidade de resgates de ações de emissão da companhia, nos últimos três exercícios, além das legalmente previstas.

10.1.c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Observando o endividamento, o fluxo de caixa e a posição de liquidez, a Companhia acredita ter liquidez e recursos de capital suficientes, que poderão eventualmente ser adicionados à obtenção de recursos junto a instituições financeiras públicas e privadas, caso necessário, para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora não possa garantir que tal situação permanecerá igual.

Em 2015, 2014 e 2013, o endividamento, o fluxo de caixa e a posição de liquidez, foram necessários para cobrir os compromissos da Companhia.

10.1.d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas:

As principais fontes de financiamento para capital de giro e investimentos realizadas no ano de 2015 foram: (i) liberações de recursos por parte do BNDES, ao longo dos últimos 12 meses, no montante de R\$91,9 milhões; (ii) captação em moeda estrangeira de R\$120,00 milhões, junto ao Banco Santander, com proteção à exposição cambial através de operação de swap para Real; (iii) captação em moeda estrangeira de R\$80,00 milhões, junto ao

Banco BNP, com proteção à exposição cambial através de operação de swap para Real; (iv) 3ª emissão de Notas Promissórias no montante total de R\$275,0 milhões junto ao Banco do Itaú, Bradesco e CEF, a um custo de CDI + 1,63%; (v) contratação de Conta Garantida no montante de R\$100,0 milhões, junto a CEF; vi) rolagem do empréstimo de moeda estrangeira de R\$68 milhões junto ao Banco Itaú por mais 1 ano com proteção à exposição cambial através de operação de swap para Real, com novo vencimento em dez.17.

As principais fontes de financiamento para capital de giro e investimentos realizadas no ano de 2014 foram: (i) liberações de recursos por parte do BNDES, ao longo dos últimos 12 meses, no montante de R\$418,0 milhões; (ii) captação em moeda estrangeira de R\$235,8 milhões, junto ao Citibank, com proteção à exposição cambial através de operação de *swap* para Real; (iii) liberações de recursos por parte da FINEP, em maio de 2014, num valor de R\$136,0 milhões, com custo de 4% a.a; (iv) 10ª emissão de debêntures da no montante total de R\$750,0 milhões junto ao Banco do Brasil, Itaú e Bradesco, a um custo de 115% do CDI; (v) captação em moeda estrangeira de R\$156 milhões, junto ao BNP Paribas, com proteção à exposição cambial através de operação de *swap* para Real; (vi) captação em moeda estrangeira de R\$51 milhões, junto ao Bank Tokyo-Mitsubishi, com proteção à exposição cambial através de operação de *swap* para Real; (vii) captação em moeda estrangeira de R\$68 milhões junto ao Banco Itaú, com proteção à exposição cambial através de operação de *swap* para Real.

As principais fontes de financiamento para capital de giro e investimentos realizadas no ano de 2013 foram: (i) liberações de recursos por parte do BNDES, ao longo dos últimos 12 meses, no montante de R\$ 58,7 milhões; (ii) captação no valor de R\$ 150 milhões, através do Banco do Brasil; (iii) captação em moeda estrangeira de R\$ 121 milhões, através do Banco Tokyo-Mitsubishi, com proteção à exposição cambial através de operação de *swap* para Real (março de 2013); e (iv) 9ª emissão de debêntures no montante total de R\$ 1,6 bilhão junto ao Banco do Brasil (junho de 2013), dividida em duas séries, tendo a primeira, de R\$ 1,0 bilhão, um custo de CDI+1,15% e a segunda, de R\$ 600 milhões, um custo de IPCA+5,74%. Tais recursos foram utilizados para

investimentos, capital de giro e pré-pagamento de R\$ 500 milhões referentes às Notas Promissórias Comerciais emitidas em maio de 2013 e de R\$ 375 milhões em dívidas mais caras, incluindo R\$ 160 milhões da 5ª emissão de debêntures que tinha um custo de CDI+1,5%.

10.1.e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

As necessidades de financiamento do capital de giro e do CAPEX foram atendidas, nos últimos três exercícios sociais, através de contratação de financiamento junto a instituições financeiras, principalmente BNDES, e também da utilização da geração de caixa própria. Os diretores acreditam que caso a nossa capacidade de geração de caixa seja insuficiente para cobrir eventuais deficiências de liquidez, conseguiremos saná-las através de contratação de novas operações de capital de giro de curto prazo com instituições financeiras ou utilização da linha de crédito já contratada. A necessidade de captação de operações mais estruturadas tem o objetivo de alongamento do perfil da dívida para manutenção do nível de alavancagem e equacionamento do fluxo de caixa de médio e longo prazo de forma que atenda as expectativas dos acionistas e credores.

10.1.f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

10.1.f.i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Em 31 de dezembro de 2015, o endividamento total consolidado em aberto da Companhia era de R\$ 6.294,2 milhões, sendo apenas 0,4% com exposição em moeda estrangeira. Este valor, deduzido do caixa e disponibilidades da Companhia, no montante de R\$257,6 milhões, atinge R\$6.036,6 milhões.

Do valor total do endividamento acima, 20,4% (R\$1.282,6 milhões) tinha vencimento no curto prazo e 79,6% (R\$5.011,6 milhões) tinha vencimento no longo prazo.

A tabela abaixo descreve a evolução do endividamento total consolidado em aberto da Companhia nos períodos em referência:

Dívidas (R\$MM)	2015	2014	2013
Curto Prazo	1.282,6	534,4	603,9
Longo Prazo	5.011,6	4.969,90	4.307,30
Dívida Bruta	6.294,2	5.504,30	4.911,20
(-) Caixa e Eq. Caixa	257,6	252,1	375,2
Dívida Líquida	6.036,6	5.252,20	4.536,00

Financiamentos Relevantes

Entre 2013 a 2015, foram contraídas algumas dívidas, entre as principais estão:

- 9ª emissão de debêntures da Light SESA em 15 de junho de 2013, em duas séries. Série A: No valor de R\$1.000 milhões, com vencimento em 15 de maio de 2021, e juros sobre o principal de CDI + 1,15% ao ano. Série B: No valor de R\$ 600 milhões, com vencimento para 15 de maio de 2023, incide atualização sobre do valor nominal unitário, pela variação acumulada do IPCA, com juros fixos sobre o principal de 5,74% ano.
- Contratos de Abertura de Crédito para Financiamento dos programas de investimentos da Light SESA para o biênio 2013-2014, firmados com o BNDES, em 28 de novembro de 2014, na modalidade FINEM direto, cujos valores financiados, desembolsados e as respectivas remunerações estão discriminados abaixo:
 - FINEM SELIC+2,78% ao ano: R\$ 115,6 milhões - vencimento em 15 de março de 2021 dos quais foram desembolsados R\$78,2 milhões até dezembro de 2014.
 - FINEM TJLP+2,78% ao ano: R\$ 4,9 milhões - vencimento em 15 de março de 2021 dos quais foram desembolsados R\$3,9 milhões até dezembro de 2014.

- FINEM 6% ao ano: R\$ 191,9 milhões - vencimento em 15 de março de 2021 dos quais foram desembolsados R\$94,5 milhões até dezembro de 2014.
- Contratos de Abertura de Crédito para Financiamento dos investimentos relacionados aos Jogos Olímpicos, para o período de 2013/2016, firmados com o BNDES, em 03 de dezembro de 2013, na modalidade FINEM direto, cujos valores financiados, desembolsados e as respectivas remunerações estão discriminados abaixo:
 - FINEM TJLP+2,58% ao ano (Subcréditos A e D): R\$ 54,7 milhões - vencimento em 15 de dezembro de 2020 dos quais foram desembolsados R\$ 8,9 milhões até dezembro de 2014;
 - TJLP+3,58% ao ano (Subcréditos B e E): R\$ 54,7 milhões - vencimento em 15 de dezembro de 2020 dos quais foram desembolsados R\$8,9 milhões até dezembro de 2014;
 - SELIC+2,58% ao ano (Subcréditos C e F): R\$ 43,8 milhões - vencimento em 15 de dezembro de 2020 dos quais foram desembolsados R\$ 7,1 milhões até dezembro de 2014.
- Captação em moeda estrangeira (operação 4131) em 25 de fevereiro de 2014 no valor de US\$100 milhões (equivalente a R\$235,7 milhões) para a Light SESA através do Banco Citibank S.A. com vencimento em 26 de fevereiro de 2018.
- Contrato de Abertura de Crédito para Financiamento do Projeto Smart Grid da Light SESA firmado com a FINEP em 16 de abril de 2014, no montante total de R\$ 174,2 milhões, nos quais foram desembolsados R\$ 141,1 milhões em 16 de maio de 2014. A data de vencimento é 15 de maio de 2022. Sobre o valor do principal incidem juros de 4% ao ano.

- 10ª emissão de debêntures da Light SESA de 13 de maio de 2014, no montante total de R\$750 milhões. A data de vencimento é 09 de maio de 2020. Sobre o valor do principal incidem juros de 115% da CDI ao ano.

- Captação em moeda estrangeira (operação 4131) em 15 de dezembro de 2014 no valor de US\$25,8 milhões (equivalente a R\$68,0 milhões) para a Light SESA através do Banco Itaú Unibanco S.A. com vencimento em 12 de dezembro de 2016.

- Captação em moeda estrangeira (operação 4131) em 24 de dezembro de 2014 no valor de US\$20,0 milhões (equivalente a R\$50,8 milhões) para a Light SESA através do Banco de Tokyo, com vencimento em 21 de novembro de 2017.

- Captação em moeda estrangeira (operação via resolução 4131) em 05 de fevereiro de 2015 no valor de US\$ 44,2 milhões (equivalente a R\$120,0 milhões) para a Light SESA através do Banco de Santander, com vencimento em 02 de fevereiro de 2016

- Captação em moeda estrangeira (operação via resolução 4131) em 1º de abril de 2015 no valor de US\$ 24,5 milhões (equivalente a R\$80,0 milhões) para a Light SESA através do Banco BNP, com vencimento em 03 de abril de 2017.

- 3ª Emissão de Notas Promissórias em 18 de junho de 2015 no valor de R\$ 275 milhões para a Light SESAA a um custo de CDI+1,63% através dos Bancos Bradesco Itaú e Caixa Economica Federal com vencimento em 18 de junho de 2016.

- Contratação de conta garantida junto a Caixa Econômica Federal em 11 de maio de 2015, no valor de R\$ 100,0 milhões a um custo de CDI + 3,66% com vencimento em 30 de dezembro de 2017.

10.1.f.ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

Com exceção das relações constantes dos contratos acima descritos, a Companhia, nos últimos três exercícios sociais, não manteve outras relações de longo prazo com instituições financeiras de valores relevantes.

10.1.f.iii. grau de subordinação entre as dívidas.

A Companhia esclarece que não há e não existiu durante os três últimos exercícios sociais, grau de subordinação entre as dívidas da Companhia, exceto por aquelas dívidas garantidas por direito real, que estão configuradas nos contratos celebrados com o BNDES, Eletrobrás, Tesouro Nacional e Debêntures da 4ª Emissão, sendo que citadas dívidas não possuíam grau de subordinação entre si por possuírem garantias reais, apresentadas sob a forma de cessão fiduciária ou penhor de receitas, conforme cada contrato.

Na hipótese de uma eventual instauração de procedimento de recuperação judicial ou extrajudicial, a Companhia adotará os preceitos da Lei nº 11.101/05 para compor a ordem de preferência em concurso universal de credores.

10.1.f.iv eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possuía *covenants* para o indicador dívida líquida/EBITDA de 4,25x e para o indicador EBITDA/despesa de juros de 2,0x. Informamos que o descumprimento do *covenant* só se configura em caso de ultrapassagem dos limites estabelecidos para os indicadores por 2 trimestres consecutivos ou 4 intercalados.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possuía *covenants* para o indicador dívida líquida/EBITDA de 3,75x e para o indicador EBITDA/despesa de juros de 2,5x. Informamos que o descumprimento do *covenant* só se

configura em caso de ultrapassagem dos limites estabelecidos para os indicadores por 2 trimestres consecutivos ou 4 intercalados.

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a Companhia possuía *covenants* para o indicador dívida líquida/EBITDA de 3,0x e para o indicador EBITDA/despesa de juros de 2,5x. Informamos que o descumprimento do *covenant* só se configura em caso de ultrapassagem dos limites estabelecidos para os indicadores por 2 trimestres consecutivos ou 4 intercalados.

10.1.g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Exercício Social 2015

Contrato de financiamento BNDES Capex 2015/2016 da Light SESA:

Em fase de contratação.

Exercício Social 2014

Contrato de financiamento BNDES Capex 2013/2014 da Light SESA:

Prazo de utilização até 15 de março de 2015.

Contrato de financiamento BNDES Capex 13/16 da Light SESA Olimpíadas:

Prazo de utilização até 15 de dezembro de 2016.

BNDES	Contratação	Liberação	% Liberado
Capex 13/14	580	355	61,2%
Olimpiadas 13/16	277	64	23,2%

Para os contratos de abertura de crédito para o financiamento dos programas de investimentos da Light SESA para o biênio 2012-2013, firmados com a Caixa Econômica na modalidade de debêntures via FI-FGTS, em 31 de dezembro de 2014, não possuíam mais valores a serem liberados.

Exercício Social 2013

Especificamente para os contratos de abertura de crédito para o financiamento dos programas de investimentos da Light SESA para o biênio 2011-2012, firmados com o BNDES na modalidade FINEM direto, em 31 de dezembro de 2013, não possuíam mais valores a serem liberados

10.1.h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Análise da Demonstração do Resultado do Exercício

	2014 Reapresentada	% da Receita Líquida	2015	% da Receita Líquida	2015/2014
RECEITA LÍQUIDA	8.248.851	100,0%	9.750.858	100,0%	18,2%
CUSTO DA OPERAÇÃO	(6.774.425)	(82,1)%	(8.637.500)	(88,6)%	27,5%
Energia Elétrica comprada para reveda	(5.022.695)	(60,9)%	(6.830.996)	(70,1)%	36,0%
Pessoal	(180.940)	(2,2)%	(171.632)	(1,8)%	(5,1)%
Material	(15.124)	(0,2)%	(13.119)	(0,1)%	(13,3)%
Serviço de terceiros	(280.448)	(3,4)%	(283.888)	(2,9)%	1,2%
Depreciação e amortização	(309.166)	(3,7)%	(356.382)	(3,7)%	15,3%
Custo de Construção	(940.503)	(11,4)%	(936.829)	(9,6)%	(0,4)%
Outras	(25.549)	(0,3)%	(44.654)	(0,5)%	74,8%
LUCRO BRUTO	1.474.426	17,9%	1.113.358	11,4%	(24,5)%
DESPESAS OPERACIONAIS	(598.066)	(7,3)%	(759.040)	(7,8)%	26,9%
Despesas gerais e administrativas	(557.326)	(6,8)%	(708.193)	(7,3)%	27,1%
Outras Receitas	176	0,0%	343	0,0%	94,9%
Outras Despesas	(40.916)	(0,5)%	(51.190)	(0,5)%	25,1%
LUCRO OPERACIONAL	876.360	10,6%	354.318	3,6%	(59,6)%
RESULTADO FINANCEIRO	(350.136)	(4,2)%	(414.607)	(4,3)%	18,4%
Receitas	332.694	4,0%	896.763	9,2%	169,5%
Despesas	(682.830)	(8,3)%	(1.311.370)	(13,4)%	92,0%
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	526.224	6,4%	(60.289)	(0,6)%	(111,5)%
Imposto de renda e contribuição social Corrente	(14.793)	(0,2)%	1.393	0,0%	(109,4)%
Imposto de renda e contribuição social Diferido	(162.355)	(2,0)%	19.738	0,2%	(112,2)%
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	349.076	4,2%	(39.158)	(0,4)%	(111,2)%
Lucro básico e diluído por ação	0,00171		(0,00019)		

Análise da Demonstração do Resultado para o Exercício Social Encerrado em 31 de Dezembro de 2015 comparado ao Exercício Social Encerrado em 31 de Dezembro de 2014

Receita Operacional Líquida

A receita operacional líquida do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$ 9.750,9 milhões, representando um aumento de 18,2% comparado à receita operacional líquida de R\$ 8.248,9 milhões registrada em 2014. Desconsiderando a receita de construção, houve um aumento de 20,4% entre a receita dos períodos, explicado pelo reconhecimento do saldo de CVA de 2013 no valor de R\$ 334,2 milhões.

Custo de Operação

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, os custos de bens e serviços vendidos pela Companhia foram de R\$ 8.637,5 milhões, um aumento de 27,5% quando comparados aos R\$ 6.667,4 milhões verificados em 2014. Tal variação foi causada, principalmente, pelo aumento de 34,9% de energia comprada para revenda.

Energia Elétrica Comprada para Revenda: O custo com energia elétrica comprada para revenda aumentou de R\$ 5.022,7 milhões em 2014 para R\$ 6.831,0 milhões em 2015. O aumento de 36,0% entre os períodos principalmente: (i) pelo reajuste anual dos contratos em novembro; (ii) pelo reajuste de 46,1% na tarifa de Itaipu com vigência a partir de jan/15; (iii) pela valorização do dólar frente ao real, com impacto nas tarifas de Itaipu e Norte Fluminense; (iv) pela compra no MCSD no final de 2015 para mitigar riscos de subcontratação em 2015; e (v) pelo aporte de R\$ 1.647,5 milhões em 2014, contabilizado como redutor de custos.

Pessoal: No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, o custo de pessoal foi de R\$ 171,6 milhões, representando uma queda de 5,1%, comparado ao custo de R\$ 180,9 milhões em 2014.

Material: No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, o custo com material foi de R\$ 13,1 milhões, representando uma redução de 13,3%, comparado ao custo de R\$ 15,1 milhões em 2014.

Serviços de Terceiros: No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, o custo de serviços de terceiros foi de R\$ 283,9 milhões, aumento de 1,2% se comparado ao custo de R\$ 280,5 milhões em 2014.

Depreciações e Amortizações: No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 o montante relativo a esta linha foi de R\$ 356,4 milhões, 15,3% acima dos R\$ 309,2 milhões registrados em 2014, devido ao aumento na base de ativos depreciáveis.

Outras: No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, os outros custos de operação totalizaram R\$ 44,7 milhões, um acréscimo de 74,8% quando comparado ao custo de R\$ 25,6 milhões em 2014.

Lucro Operacional Bruto

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, o lucro operacional bruto da Companhia foi de R\$ 1.113,4 milhões, 24,5% menor do que o lucro de R\$ 1.474,4 milhões registrado em 2014. Tal resultado é explicado pelo aumento do custo acima da receita.

Despesas Operacionais

Gerais e Administrativas: No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, as despesas gerais e administrativas da Companhia somaram R\$ 708,2 milhões, representando um aumento de 27,1% em comparação aos R\$ 557,3 milhões apurados em 2014. Esse resultado é explicado pelo aumento de 55,4% na linha de provisões, impactada principalmente pela constituição de provisão fiscal.

Outras Receitas (Despesas) Operacionais

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, o saldo de outras receitas/despesas operacionais da Companhia foi uma despesa de R\$ 50,8 milhões, em comparação a uma despesa de R\$ 40,7 milhões em 2014 uma vez que houve uma maior baixa por desativação de bens do ativo intangível.

Lucro Operacional

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, o resultado operacional da Companhia totalizou R\$ 354,1 milhões, 59,6% abaixo dos R\$ 876,4 milhões registrados em 2014. Tal resultado foi influenciado pelo aumento nas despesas operacionais.

Receitas (Despesas) Financeiras

O resultado financeiro do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 foi negativo em R\$ 414,6 milhões, em comparação aos R\$ 350,1 milhões, também negativo, registrados em 2014.

Receitas: A receita financeira do ano, de R\$ 896,8 milhões, foi 169,5% maior que os R\$ 332,7 milhões alcançados no ano anterior, explicado (i) pela atualização da parcela A e outros itens financeiros, influenciada pelo aumento da Selic, (ii) pela atualização do ativo financeiro que, no 4T15, passou a utilizar o IPCA acumulado do trimestre, sendo que, além do valor do trimestre, foram contabilizados montantes referente a essa atualização desde a Revisão Tarifária de 2013 (R\$ 91,5 milhões); e (iii) resultado positivo de swap líquido devido à desvalorização do Real frente ao Dólar.

Despesas: A despesa financeira do ano atingiu R\$ 1.311,4 milhões, com crescimento de 92,0% em relação aos R\$ 682,8 milhões apurados em 2014. Tal variação pode ser explicada, principalmente: (i) pela variação cambial referente à fatura de Itaipu; e (ii) pela variação cambial das dívidas em moeda estrangeira devido à depreciação do Real frente ao dólar, parcialmente compensada pelo resultado positivo de swap líquido.

Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, o resultado antes do imposto de renda e contribuição social foi negativo em R\$ 60,3 milhões, em face ao resultado positivo de R\$ 526,2 milhões alcançados em 2014.

Imposto de Renda e Contribuição Social

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, a Companhia registrou uma receita de IRPJ e CSLL no valor de R\$ 121,1 milhões, em comparação com uma despesa de R\$ 177,1 milhões em 2014.

Lucro do Período

A Light S.E.S.A. registrou um prejuízo de R\$ 39,2 milhões em 2015, 111,2% abaixo do lucro registrado em 2014 no montante de R\$ 349,1 milhões. Tal resultado é decorrente principalmente da queda no lucro operacional.

	2013	% da Receita Líquida	2014	% da Receita Líquida	2014/2013
RECEITA OPERACIONAL					
Fornecimento de energia elétrica	8.232.952	122,6%	9.226.978	111,7%	12,1%
Suprimento de energia elétrica	41.832	0,6%	66.631	0,8%	59,3%
Receita de Construção	820.284	12,2%	940.503	11,4%	14,7%
Outras receitas	855.560	12,7%	1.855.452	22,5%	116,9%
Total	9.950.628	148,1%	12.089.564	146,4%	21,5%
Deduções à Receita Operacional					
ICMS	(2.194.864)	(32,7)%	(2.373.263)	(28,7)%	8,1%
Encargos do consumidor	(186.118)	(2,8)%	(435.430)	(5,3)%	134,0%
PIS/COFINS	(848.815)	(12,6)%	(1.018.854)	(12,3)%	20,0%
Outras	(4.069)	(0,1)%	(3.703)	(0,0)%	(9,0)%
Total	(3.233.866)	(48,1)%	(3.831.250)	(46,4)%	18,5%
RECEITA LÍQUIDA	6.716.762	100,0%	8.258.314	100,0%	23,0%
CUSTO DA OPERAÇÃO	(5.240.992)	(78,0)%	(6.667.390)	(80,7)%	27,2%
Energia Elétrica comprada para reveda	(3.735.893)	(55,6)%	(5.039.353)	(61,0)%	34,9%
Pessoal	(181.121)	(2,7)%	(166.007)	(2,0)%	(8,3)%
Material	(12.697)	(0,2)%	(13.076)	(0,2)%	3,0%
Serviço de terceiros	(178.203)	(2,7)%	(176.649)	(2,1)%	(0,9)%
Depreciação e amortização	(296.012)	(4,4)%	(314.835)	(3,8)%	6,4%
Custo de Construção	(820.284)	(12,2)%	(940.503)	(11,4)%	14,7%
Outras	(16.782)	(0,2)%	(16.967)	(0,2)%	1,1%
LUCRO BRUTO	1.475.770	22,0%	1.590.924	19,3%	7,8%
DESPESAS OPERACIONAIS	(573.344)	(8,5)%	(697.294)	(8,4)%	21,6%
Despesas gerais e administrativas	(389.579)	(5,8)%	(420.631)	(5,1)%	8,0%
Despesas com vendas	(271.103)	(4,0)%	(235.923)	(2,9)%	(13,0)%
Outras Receitas	123.229	1,8%	49	0,0%	(100,0)%
Outras Despesas	(35.891)	(0,5)%	(40.789)	(0,5)%	13,6%
LUCRO OPERACIONAL	902.426	13,4%	893.630	10,8%	(1,0)%
RESULTADO FINANCEIRO	(361.469)	(5,4)%	(367.406)	(4,4)%	1,6%
Receitas	321.627	4,8%	332.694	4,0%	3,4%
Despesas	(683.096)	(10,2)%	(700.100)	(8,5)%	2,5%
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	540.957	8,1%	526.224	6,4%	(2,7)%
Imposto de renda e contribuição social Corrente	3.351	0,0%	(14.793)	(0,2)%	(541,5)%
Imposto de renda e contribuição social Diferido	(157.917)	(2,4)%	(162.355)	(2,0)%	2,8%
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	386.391	5,8%	349.076	4,2%	(9,7)%
Lucro básico e diluído por ação	0,00189		0,00171		
QUANTIDADE DE AÇÕES AO FINAL DO EXERCÍCIO	203.934.060.011		203.934.060.011		

Análise da Demonstração do Resultado para o Exercício Social Encerrado em 31 de Dezembro de 2014 comparado ao Exercício Social Encerrado em 31 de Dezembro de 2013

Receita Operacional Líquida

A receita operacional líquida do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$ 8.258,3 milhões, representando um aumento de 23,0% comparado à receita operacional líquida de R\$ 6.716,8 milhões registrada em 2013. Desconsiderando a receita de construção, houve um aumento de 24,1% entre a receita dos períodos. Essa redução é reflexo principalmente do reconhecimento da CVA na receita líquida a partir de dezembro de 2014 e pelo aumento de 3,0% no consumo de energia no ano.

Custo de Operação

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, os custos de bens e serviços vendidos pela Companhia foram de R\$ 6.667,4 milhões, um aumento de 27,2% quando comparados aos R\$ 5.241,0 milhões verificados em 2013. Tal variação foi causada, principalmente, pelo aumento de 34,9% de energia comprada para revenda.

Energia Elétrica Comprada para Revenda: O custo com energia elétrica comprada para revenda aumentou de R\$ 3.735,9 milhões em 2013 para R\$ 5.039,4 milhões em 2014. O aumento de 34,9% entre os períodos incorpora principalmente: (i) do aumento do PLD, que elevou os custos dos contratos por disponibilidade de térmicas e as compras no spot, (ii) dos reajustes em nov/11 e nov/12 dos contratos vigentes, (iii) do aumento do volume de energia comprada, e (iv) da variação cambial que afetou os custos com a compra de energia da termelétrica Norte Fluminense e de Itaipu.

Pessoal: No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, o custo de pessoal foi de R\$ 166,0 milhões, representando uma queda de 8,3%, comparado ao custo de R\$ 181,1 milhões em 2013. Esse resultado é reflexo do impacto de 7%, a partir de junho, do dissídio anual na folha salarial.

Material: No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, o custo com material foi de R\$ 13,1 milhões, representando um aumento de 3,0%, comparado ao custo de R\$ 12,7 milhões em 2013.

Serviços de Terceiros: No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, o custo de serviços de terceiros foi de R\$ 176,6 milhões, queda de 0,9% se comparado ao custo de R\$ 178,2 milhões em 2013.

Depreciações e Amortizações: No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 o montante relativo a esta linha foi de R\$ 314,8 milhões, 6,4% acima dos R\$ 296,0 milhões registrado em 2013, devido ao aumento no volume de investimentos, com mais ativos incorporados à rede em 2014.

Outras: No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, os outros custos de operação totalizaram R\$ 17,0 milhões, um acréscimo de 1,1% quando comparado ao custo de R\$ 16,8 milhões em 2013.

Lucro Operacional Bruto

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, o lucro operacional bruto da Companhia foi de R\$ 1.590,9 milhões, 7,8% maior do que o lucro de R\$ 1.475,8 milhões registrado em 2013. Tal resultado é explicado pelo aumento de 23,0% da receita líquida na comparação entre 2014 e 2013.

Despesas Operacionais

Gerais e Administrativas: No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, as despesas gerais e administrativas da Companhia somaram R\$ 420,6 milhões, representando um aumento de 8,0% em comparação aos R\$ 389,6 milhões apurados em 2013. Esse resultado é explicado pelo aumento de R\$ 36,2 milhões na conta de provisões para contingências, o que representa uma variação de 69,4% entre os períodos.

Com Vendas: No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, as despesas com vendas da Companhia totalizaram R\$ 235,9 milhões, um decréscimo de 13,0% quando comparada aos R\$ 271,1 milhões verificados em

2013. Um dos principais componentes desta linha são as Provisões para Crédito de Liquidação Duvidosa ("PCLD"). Em 2014, a constituição de PCLD, representou 1,3% da receita bruta de faturamento de energia, totalizando R\$ 127,5 milhões. Tal resultado foi inferior ao registrado em 2013.

Outras Receitas (Despesas) Operacionais

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, o saldo de outras receitas/despesas operacionais da Companhia foi uma despesa de R\$ 40,7 milhões, em comparação a uma receita de R\$ 87,3 milhões em 2013. A linha de outras despesas operacionais apresentou um resultado em linha com 2013, sendo que seu principal componente é a baixa de ativos após desativação de projetos. Já a linha de outras receitas operacionais sofreu uma queda significativa decorrente do reconhecimento, em 2013, de R\$ 124,8 milhões, referente ao Valor Novo de Reposição (VNR) após a homologação da nova Base de Remuneração Regulatória (BRR) durante a Revisão Tarifária de 2013.

Resultado Antes de Receita e Despesa Financeira

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, o resultado operacional da Companhia totalizou R\$ 893,6 milhões, 1,0% abaixo dos R\$ 902,4 milhões registrados em 2013. Tal resultado foi influenciado pelo aumento nas despesas operacionais.

Receitas (Despesas) Financeiras

O resultado financeiro do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 foi negativo em R\$ 367,4 milhões, em comparação aos R\$ 361,5 milhões, também negativo, registrados em 2013.

Receitas: A receita financeira do ano, de R\$ 332,7 milhões, foi 3,4% maior que os R\$ 321,6 milhões alcançados no ano anterior, explicada pelo aumento de 16,6% nos juros sobre aplicações financeiras devido ao aumento do CDI entre 2013 e 2014, e pelo aumento de 55,1% na atualização a Valor Novo de Reposição (VNR) devido ao aumento no valor do ativo financeiro homologado pela Aneel na Revisão de 2013.

Despesas: A despesa financeira do ano atingiu R\$ 700,1 milhões, com crescimento de 2,5% em relação aos R\$ 683,0 milhões apurados em 2013. Tal variação pode ser explicada, principalmente, pelo aumento de encargos da dívida, em função do maior nível de alavancagem combinado com a elevação na taxa básica de juros.

Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, o resultado antes do imposto de renda e contribuição social foi de R\$ 526,2 milhões, em face aos R\$ 541,0 milhões alcançados em 2013, representando uma queda de 2,7%.

Imposto de Renda e Contribuição Social

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, a Companhia registrou despesas de IRPJ e CSLL no valor de R\$ 177,1 milhões, em comparação com uma despesa de R\$ 154,6 milhões em 2013.

Lucro do Período

A Light S.E.S.A. registrou lucro líquido de R\$ 349,1 milhões em 2014, 9,7% abaixo do lucro registrado em 2013 no montante de R\$ 386,4 milhões. Tal resultado é decorrente principalmente do aumento de 23,0% da receita operacional líquida.

ANÁLISE DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS

	2014	% do Ativo total	2015	% do Ativo total	2015/2014
Ativo Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	252.073	2,3%	257.570	2,1%	2,2%
Títulos e valores mobiliários	92.712	0,8%	8.097	0,1%	(91,3)%
Consumidores, concessionárias e permissionárias	1.238.185	11,3%	2.052.578	17,1%	65,8%
Tributos e contribuições	80.615	0,7%	82.608	0,7%	2,5%
Imposto de renda e contribuição social	26.585	0,2%	60.522	0,5%	127,7%
Parcela A e outros itens financeiros	577.458	5,3%	568.675	4,7%	(1,5)%
Estoques	31.453	0,3%	32.212	0,3%	2,4%
Rendas a receber swap	1.557	0,0%	85.298	0,7%	5.378,4%
Serviços prestados a receber	37.403	0,3%	23.223	0,2%	(37,9)%
Despesas pagas antecipadamente	14.441	0,1%	24.283	0,2%	68,2%
Outros créditos	276.511	2,5%	224.062	1,9%	(19,0)%
Total do Circulante	2.628.993	24,1%	3.419.128	28,5%	30,1%
Não Circulante					
Consumidores, concessionárias e permissionárias	147.008	1,3%	163.942	1,4%	11,5%
Tributos e contribuições	84.750	0,8%	81.963	0,7%	(3,3)%
Tributos diferidos	463.722	4,2%	483.460	4,0%	4,3%
Parcela A e outros itens financeiros	536.712	4,9%	43.001	0,4%	(92,0)%
Ativo financeiro de concessões	2.446.443	22,4%	2.932.833	24,4%	19,9%
Rendas a receber swap	161.421	1,5%	288.292	2,4%	78,6%
Depósitos vinculados a litígios	231.442	2,1%	238.493	2,0%	3,0%
Outros créditos	2.786	0,0%	2.147	0,0%	(22,9)%
Investimentos	19.424	0,2%	19.264	0,2%	(0,8)%
Imobilizado	266.263	2,4%	269.331	2,2%	1,2%
Intangível	3.940.558	36,1%	4.054.457	33,8%	2,9%
Total do não Circulante	8.300.529	75,9%	8.577.183	71,5%	3,3%
Total do Ativo	10.929.522	100,0%	11.996.311	100,0%	9,8%

	2014	% do Passivo total	2015	% do Passivo total	2015/2014
Passivo Circulante					
Fornecedores	1.484.031	13,6%	1.333.953	11,1%	(10,1)%
Tributos e contribuições	235.905	2,2%	340.462	2,8%	44,3%
Imposto de renda e contribuição social	491	0,0%	752	0,0%	53,2%
Empréstimos, financiamentos e encargos financeiros	458.497	4,2%	1.198.695	10,0%	161,4%
Debêntures e encargos financeiros	75.843	0,7%	83.874	0,7%	10,6%
Rendas a pagar swap	7.138	0,1%	-	0,0%	(100,0)%
Dividendos e JCP a pagar	82.906	0,8%	-	0,0%	(100,0)%
Obrigações estimadas	45.695	0,4%	46.622	0,4%	2,0%
Encargos regulatórios	58.180	0,5%	359.208	3,0%	517,4%
Outros débitos	191.886	1,8%	250.991	2,1%	30,8%
Total do Circulante	2.640.572	24,2%	3.614.557	30,1%	36,9%
Não Circulante					
Empréstimos, financiamentos e encargos financeiros	2.148.029	19,7%	2.170.766	18,1%	1,1%
Debêntures e encargos financeiros	2.821.872	25,8%	2.840.857	23,7%	0,7%
Rendas a pagar swap	-	0,0%	720	0,0%	100,0%
Tributos e contribuições	232.525	2,1%	183.183	1,5%	(21,2)%
Provisões	510.562	4,7%	537.471	4,5%	5,3%
Benefício pós-emprego	30.355	0,3%	35.305	0,3%	16,3%
Outros débitos	64.014	0,6%	64.017	0,5%	0,0%
Total do não Circulante	5.807.357	53,1%	5.832.319	48,6%	0,4%
Patrimônio Líquido					
Capital Social	2.082.365	19,1%	2.189.365	18,3%	5,1%
Reservas de capital	7.277	0,1%	7.277	0,1%	0,0%
Reservas de lucro	485.489	4,4%	446.331	3,7%	(8,1)%
Outros resultados abrangentes	(93.538)	-0,9%	(93.538)	-0,8%	0,0%
Total do Patrimônio Líquido	2.481.593	22,7%	2.549.435	21,3%	2,7%
Passivo Total	10.929.522	100,0%	11.996.311	100,0%	9,8%

Análise do Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2015 comparado a 31 de dezembro de 2014.

Nas contas do ativo, as principais variações observadas foram:

Caixa e equivalentes de caixa: Em 31 de dezembro de 2015, o saldo de caixa e equivalente de caixa era de R\$257,6 milhões ficando em linha quando comparado ao saldo de R\$252,1 milhões em 31 de dezembro de 2014.

Títulos e valores mobiliários: Em 31 de dezembro de 2015, o saldo de títulos e valores mobiliários era de R\$8,1 milhões, representando uma redução de 91,3% em relação ao saldo de R\$92,7 milhões verificado em 31 de dezembro de 2014. Essa variação ocorreu pela liberação do montante de R\$85,4 milhões que estava retido em aplicação na forma de *cash colateral* em 31 de dezembro de 2014.

Consumidores, concessionárias e permissionárias (circulante e não circulante): Em 31 de dezembro de 2015, o saldo de consumidores, concessionárias e permissionárias era de R\$2.052,6 milhões, representando um aumento de 65,8% em relação ao saldo de R\$1.238,2 milhões verificado em 31 de dezembro de 2014. Esse crescimento pode ser explicado principalmente pelo reajuste extraordinário de 22,48% e pelo reajuste tarifário de 16,78%, homologados em fevereiro e novembro de 2015, respectivamente.

Tributos e contribuições (circulante e não circulante): Em 31 de dezembro de 2015, o saldo de Tributos e contribuições era de R\$164,6 milhões ficando em linha quando comparado ao saldo de R\$165,4 milhões em 31 de dezembro de 2014.

Imposto de renda e contribuição social: Em 31 de dezembro de 2015, o valor de imposto de renda e contribuição social era de R\$60,5 milhões, representando um aumento de 127,7% quando comparado ao valor de R\$26,6 milhões apurado em 31 de dezembro de 2014, principalmente em função do

valor retido na fonte não ter sido compensado, por conta do prejuízo da Companhia em 2015.

Tributos diferidos: Em 31 de dezembro de 2015, o valor de tributos diferidos era de R\$484,7 milhões, representando um aumento de 4,5% quando comparado ao valor de R\$463,7 milhões apurado em 31 de dezembro de 2014. A variação se deu principalmente pela constituição do ativo diferido referente ao prejuízo fiscal.

Parcela A e outros itens financeiros (circulante e não circulante): Em 31 de dezembro de 2015, o saldo da Parcela A e outros itens financeiros era de R\$611,7 milhões, representando uma redução de 45,1% em relação ao saldo de R\$1.114,2 milhões verificado em 31 de dezembro de 2014, uma vez que o valor de 2014 continha R\$ 334,2 milhões referentes à CVA de 2013.

Ativo financeiro de concessões: Em 31 de dezembro de 2015, o valor do ativo financeiro de concessões era de R\$2.932,8 milhões, representando um aumento de 19,9%, quando comparado aos R\$2.446,4 milhões verificado em 31 de dezembro de 2014. Esse aumento ocorreu em função da alteração do Procedimento de Regulação Tarifária (PRORET), que modificou o índice de atualização do ativo financeiro indenizável homologado no último processo de revisão tarifária, de IGPM para IPCA.

Rendas a receber Swap (circulante e não circulante): Em 31 de dezembro de 2015, o valor das rendas a receber de swap era de R\$373,6 milhões, representando um aumento de 129,2%, quando comparado aos R\$163,0 milhões em 31 de dezembro de 2014, principalmente devido à elevação da taxa de câmbio em 2015, além de novas captações em moeda estrangeira no montante de R\$200,0 milhões, protegida por operação de swap cambial no mesmo montante.

Outros créditos (circulante e não circulante): Em 31 de dezembro de 2015, o saldo de outros créditos era de R\$226,2 milhões, representando uma redução de 19,0% em comparação ao saldo de R\$279,3 milhões em 31 de dezembro

de 2014, principalmente em função da redução dos valores pagos como adiantamento a fornecedores.

Imobilizado: Em 31 de dezembro de 2015, o saldo de imobilizado era de R\$269,3 milhões ficando em linha quando comparado ao saldo de R\$266,3 milhões em 31 de dezembro de 2014.

Intangível: Em 31 de dezembro de 2015, o saldo de intangível era de R\$4.054,5 milhões ficando em linha quando comparado ao saldo de R\$3.940,6 milhões em 31 de dezembro de 2014.

Nas contas do passivo, as principais variações observadas foram:

Fornecedores: Em 31 de dezembro de 2015, o saldo total de fornecedores era de R\$1.334,0 milhões apresentando uma redução de 10,1%, em comparação com o valor de R\$1.484,0 milhões em 31 de dezembro de 2014. Essa variação se deve principalmente a um menor volume de energia comprada no âmbito CCEE para comercialização nos meses de novembro e dezembro de 2015, que foi impactado também pelos menores preços de liquidação das diferenças (PLD) praticados no período.

Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (circulante e não circulante): Em 31 de dezembro de 2015, o saldo total de empréstimos, financiamentos e debêntures (incluindo encargos financeiros) era de R\$6.294,2 milhões, demonstrando um aumento de 14,4% em comparação ao valor de R\$5.504,2 milhões verificado em 31 de dezembro de 2014. Esse aumento se deve principalmente a taxa de cambio elevada no exercício. As captações no exercício de 2015 totalizaram o montante de R\$934,0, enquanto as amortizações somaram R\$743,0 milhões.

Provisões: Em 31 de dezembro de 2015, o valor das provisões para contingências era de R\$537,4 milhões, representando aumento de 5,3%, quando comparado ao valor de R\$510,6 milhões em 31 de dezembro de 2014.

Esse acréscimo ocorreu principalmente pelo aumento do saldo das provisões de honorários de êxito.

Benefícios pós-emprego (circulante e não circulante): Em 31 de dezembro de 2015, o valor devido a esse título era de R\$35,5 milhões, um aumento de 16,3% frente aos R\$30,4 milhões em 31 de dezembro de 2014. Esse aumento ocorreu por conta da atualização mensal do contrato com taxa de juros de IPCA+.

Outros débitos (circulante e não circulante): Em 31 de dezembro de 2015, o valor de outros débitos era de R\$315,0 milhões, um aumento de 23,1% frente aos R\$255,9 milhões registrado em 31 de dezembro de 2014. Essa variação ocorreu em função do aumento do saldo de adiantamento de clientes e do montante a ser repassado para as prefeituras referente à Taxa de Iluminação Pública.

	2013	% do Ativo total	2014	% do Ativo total	2014/2013
Ativo Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	375.198	3,5%	252.073	2,3%	(32,8)%
Títulos e valores mobiliários	1.229.034	11,6%	92.712	0,8%	(92,5)%
Consumidores, concessionárias e permissionárias	1.064.205	10,0%	1.238.185	11,3%	16,3%
Tributos e contribuições	94.239	0,9%	80.615	0,7%	(14,5)%
Imposto de renda e contribuição social	45.715	0,4%	26.585	0,2%	(41,8)%
Parcela A e outros itens financeiros	-	0,0%	577.458	5,3%	100,0%
Estoques	27.073	0,3%	31.453	0,3%	16,2%
Rendas a receber swap	31.150	0,3%	1.557	0,0%	(95,0)%
Serviços prestados a receber	48.257	0,5%	37.403	0,3%	(22,5)%
Despesas pagas antecipadamente	15.260	0,1%	14.441	0,1%	(5,4)%
Outros créditos	247.266	2,3%	276.511	2,5%	11,8%
Total do Circulante	3.177.397	30,0%	2.628.993	24,1%	(17,3)%
Não Circulante					
Consumidores, concessionárias e permissionárias	157.798	1,5%	147.008	1,3%	(6,8)%
Tributos e contribuições	87.263	0,8%	84.750	0,8%	(2,9)%
Tributos diferidos	615.756	5,8%	463.722	4,2%	(24,7)%
Parcela A e outros itens financeiros	-	0,0%	536.712	4,9%	100,0%
Ativo financeiro de concessões	1.926.226	18,2%	2.446.443	22,4%	27,0%
Rendas a receber swap	88.251	0,8%	161.421	1,5%	82,9%
Depósitos vinculados a litígios	261.773	2,5%	231.442	2,1%	(11,6)%
Outros créditos	62.316	0,6%	2.786	0,0%	(95,5)%
Investimentos	19.584	0,2%	19.424	0,2%	(0,8)%
Imobilizado	240.205	2,3%	266.263	2,4%	10,8%
Intangível	3.959.677	37,4%	3.940.558	36,1%	(0,5)%
Total do não Circulante	7.418.849	70,0%	8.300.529	75,9%	11,9%
Total do Ativo	10.596.246	100,0%	10.929.522	100,0%	3,1%

	2013	% do Passivo total	2014	% do Passivo total	2014/2013
Passivo Circulante					
Fornecedores	862.337	8,1%	1.484.031	13,6%	72,1%
Tributos e contribuições	93.836	0,9%	235.905	2,2%	151,4%
Imposto de renda e contribuição social	470	0,0%	491	0,0%	4,5%
Empréstimos, financiamentos e encargos financeiros	573.234	5,4%	458.497	4,2%	(20,0)%
Debêntures e encargos financeiros	30.678	0,3%	75.843	0,7%	147,2%
Rendas a pagar swap	-	0,0%	7.138	0,1%	100,0%
Dividendos e JCP a pagar	-	0,0%	82.906	0,8%	100,0%
Obrigações estimadas	58.855	0,6%	45.695	0,4%	(22,4)%
Encargos regulatórios	61.456	0,6%	58.180	0,5%	(5,3)%
Benefício pós-emprego	1.209.901	11,4%	-	0,0%	(100,0)%
Outros débitos	168.227	1,6%	191.886	1,8%	14,1%
Total do Circulante	3.058.994	28,9%	2.640.572	24,2%	(13,7)%
Não Circulante					
Empréstimos, financiamentos e encargos financeiros	1.582.891	14,9%	2.148.029	19,7%	35,7%
Debêntures e encargos financeiros	2.724.395	25,7%	2.821.872	25,8%	3,6%
Tributos e contribuições	187.640	1,8%	232.525	2,1%	23,9%
Provisões	541.854	5,1%	510.562	4,7%	(5,8)%
Benefício pós-emprego	-	0,0%	30.355	0,3%	100,0%
Outros débitos	64.010	0,6%	64.014	0,6%	0,0%
Total do não Circulante	5.100.790	48,1%	5.807.357	53,1%	13,9%
Patrimônio Líquido					
Capital Social	2.082.365	19,7%	2.082.365	19,1%	0,0%
Reservas de capital	7.277	0,1%	7.277	0,1%	0,0%
Reservas de lucro	219.319	2,1%	485.489	4,4%	121,4%
Dividendos adicionais propostos	201.005	1,9%	-	0,0%	(100,0)%
Outros resultados abrangentes	(73.504)	-0,7%	(93.538)	-0,9%	27,3%
Lucros acumulados	-	0,0%	-	0,0%	0,0%
Total do Patrimônio Líquido	2.436.462	23,0%	2.481.593	22,7%	1,8%
Passivo Total	10.596.246	100,0%	10.929.522	100,0%	3,1%

Análise do Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2014 comparado a 31 de dezembro de 2013.

Nas contas do ativo, as principais variações observadas foram:

Caixa e equivalentes de caixa: Em 31 de dezembro de 2014, o montante era de R\$252,1 milhões, representando uma redução de 32,8% em relação ao valor de R\$375,2 milhões apurado em 31 de dezembro de 2013. Essa redução ocorreu em função da queda no caixa gerado pelas operações, principalmente em função do aumento do custo com compra de energia.

Títulos e valores mobiliários: Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de títulos e valores mobiliários era de R\$92,7 milhões, representando uma redução de 92,5% em relação ao saldo de R\$1.229,0 milhões verificado em 31 de dezembro de 2013. Essa variação ocorreu pelo resgate dos recursos destinados a quitação do contrato de dívida com a Braslight, relacionado a benefício pós-emprego, no montante de R\$1.209,9, cuja dívida foi integralmente quitada no primeiro trimestre de 2014.

Consumidores, concessionárias e permissionárias (circulante e não circulante): Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de consumidores, concessionárias e permissionárias era de R\$1.385,2 milhões, representando um aumento de 13,4% em relação ao saldo de R\$1.222,0 milhões verificado em 31 de dezembro de 2013. Esse crescimento pode ser explicado principalmente pelo reajuste tarifário de 19,23%, homologado em novembro de 2014.

Tributos e contribuições (circulante e não circulante): Em 31 de dezembro de 2014, o valor de tributos e contribuições era de R\$165,4 milhões, representando uma redução de 8,9% quando comparado ao valor de R\$181,5 milhões apurado em 31 de dezembro de 2013. O principal motivo dessa redução refere-se, basicamente, a compensações de créditos de PIS e COFINS.

Imposto de renda e contribuição social (circulante): Em 31 de dezembro de 2014, o valor de imposto de renda e contribuição social era de R\$26,6 milhões, representando uma redução de 41,8% quando comparado ao valor de R\$45,7 milhões apurado em 31 de dezembro de 2013, principalmente em função da diminuição do saldo das antecipações de IRPF e CSLL.

Tributos diferidos: Em 31 de dezembro de 2014, o valor de tributos diferidos era de R\$463,7 milhões, representando uma redução de 24,7% quando comparado ao valor de R\$615,8 milhões apurado em 31 de dezembro de 2013. A variação se deu principalmente pela realização do ativo diferido quando do

reconhecimento do saldo da Parcela A e outros itens financeiros em dezembro de 2014.

Parcela A e outros itens financeiros (circulante e não circulante): Em 31 de dezembro de 2014, o valor da Parcela A e outros itens financeiros era de R\$1.114,2 milhões. Em 10 de dezembro de 2014, foi assinado o quarto termo aditivo ao contrato de concessão para distribuição pela Companhia, que assegurou o direito e o dever de que os saldos remanescentes de eventual insuficiência ou ressarcimento pela tarifa ao término de concessão serão acrescentados ou abatidos do valor da indenização, o que permitiu o reconhecimento dos saldos de tais ativos e passivos regulatórios.

Ativo financeiro de concessões: Em 31 de dezembro de 2014, o valor do ativo financeiro de concessões era de R\$2.446,4 milhões, representando um aumento de 27,0%, quando comparado aos R\$1.926,2 milhões verificado em 31 de dezembro de 2013. Esse aumento ocorreu em função da Companhia ter efetuado investimentos relevantes na rede de distribuição durante o ano, que quando bifurcados entram em serviço, impactam diretamente o saldo do ativo financeiro da concessão.

Rendas a receber Swap (circulante e não circulante): Em 31 de dezembro de 2014, o valor das rendas a receber de swap era de R\$163,0 milhões, representando um aumento de 36,5%, quando comparado aos R\$119,4 milhões em 31 de dezembro de 2013, principalmente devido à elevação da taxa de câmbio em 2014, além de novas captações em moeda estrangeira no montante de R\$354,5 milhões, protegida por operação de swap cambial no mesmo montante.

Outros créditos (circulante e não circulante): Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de outros créditos era de R\$279,3 milhões, representando uma redução de 9,8% em comparação ao saldo de R\$309,6 milhões em 31 de dezembro de 2013, principalmente em função da quitação da dívida entre a Companhia e a Light Energia originada no processo de desverticalização.

Imobilizado: Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de imobilizado era de R\$266,3 milhões ficando em linha quando comparado ao saldo de R\$240,2 milhões em 31 de dezembro de 2013.

Intangível: Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de intangível era de R\$3.940,6 milhões ficando em linha quando comparado ao saldo de R\$3.959,7 milhões em 31 de dezembro de 2013.

Nas contas do passivo, as principais variações observadas foram:

Fornecedores: Em 31 de dezembro de 2014, o saldo total de fornecedores era de R\$1.484,0 milhões apresentando um aumento de 72,1%, em comparação com o valor de R\$862,3 milhões em 31 de dezembro de 2013. Esse aumento se deve principalmente a um maior volume de energia comprada no âmbito CCEE para comercialização nos meses de novembro e dezembro de 2014, que foi impactado também pelos maiores preços de liquidação das diferenças (PLD) praticados no período.

Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (circulante e não circulante): Em 31 de dezembro de 2014, o saldo total de empréstimos, financiamentos e debêntures (incluindo encargos financeiros) era de R\$5.504,3 milhões, demonstrando um aumento de 12,1% em comparação ao valor de R\$4.911,2 milhões verificado em 31 de dezembro de 2013. Esse aumento se deve principalmente a captação da 10ª emissão de debêntures simples, realizada em 2014, no valor de R\$750,0 milhões. As captações no exercício de 2014 totalizaram o montante de R\$1.666,4, enquanto as amortizações somaram R\$1.199,5 milhões.

Provisões: Em 31 de dezembro de 2014, o valor das provisões para contingências era de R\$510,6 milhões, representando redução de 5,8%, quando comparado ao valor de R\$541,9 milhões em 31 de dezembro de 2013. Essa redução ocorreu principalmente pelas reversões de provisões cíveis.

Benefícios pós-emprego (circulante e não circulante): Em 31 de dezembro de 2014, o valor devido a esse título era de R\$30,4 milhões, uma redução de 97,5% frente aos R\$1.209,9 milhões em 31 de dezembro de 2013. Essa redução ocorreu por conta da quitação, em 13 de fevereiro de 2014, dos Instrumentos Particulares de Distrato dos Contratos para Equacionamento de Déficit Técnico, Refinanciamento das Reservas a Amortizar com a Braslight, no montante de R\$1.213,3, incluindo a atualização pelo CDI.

Outros débitos (circulante e não circulante): Em 31 de dezembro de 2014, o valor de outros débitos era de R\$255,9 milhões, um aumento de 10,2% frente aos R\$232,2 milhões registrado em 31 de dezembro de 2013. Essa variação ocorreu em função do aumento do montante a ser repassado para as prefeituras referente à Taxa de Iluminação Pública.

Análise do Fluxo de Caixa

	Em 31 de dezembro de	
	2015	2014
Caixa no Início do Período (1)	252,1	375,2
Caixa Gerado pelas Operações (2)	618,3	468,7
Atividade de Financiamento (3)	197,4	(949,9)
Atividade de Investimento (4)	(810,2)	358,1
Caixa no Final do Período (1+2+3+4)	257,6	252,1
Variação no caixa	5,5	(123,1)

Análise do Fluxo de Caixa em 31 de dezembro de 2015 comparado a 31 de dezembro de 2014.

Em 31 de dezembro de 2015, o caixa e equivalentes de caixa da Companhia somaram R\$257,6 milhões, frente aos R\$252,1 milhões verificados em 31 de dezembro de 2014. Esse aumento é explicado pela diminuição do caixa

aplicado nas atividades de financiamento, principalmente em função da amortização de dívida contratual com plano de pensão em 2014.

Fluxos de Caixa de Atividades Operacionais

O caixa gerado nas atividades operacionais apresentou um aumento de 32,0%, variando de R\$468,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R\$618,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015. Essa variação pode ser explicada, principalmente, pelo recebimento dos recursos de Parcela A e outros ativos financeiros, no montante de R\$1.049,3 milhões.

Fluxos de Caixa de Atividades de Investimento

O fluxo de caixa usado em atividades de investimento passou de R\$358,1 milhões gerados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R\$810,2 milhões aplicados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015. Essa variação pode ser explicada principalmente pela redução do montante resgatado de aplicações financeiras. Em 2014, esse montante foi afetado pelo resgate do saldo destinado à quitação do contrato de dívida relacionada a benefício pós-emprego.

Fluxos de Caixa de Atividades de Financiamentos

O fluxo de caixa das atividades de financiamento passou de R\$949,9 milhões aplicados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R\$197,4 milhões aplicados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015. Essa variação é decorrente principalmente em função da amortização de dívida contratual no montante de 1.209,9 realizada no exercício de 2014

	Em 31 de dezembro de	
	2014	2013 Reapresentado
Caixa no Início do Período (1)	375,2	101,3
Caixa Gerado pelas Operações (2)	468,3	1.199,4
Atividade de Financiamento (3)	(949,9)	1.057,4
Atividade de Investimento (4)	358,5	(1.982,9)
Caixa no Final do Período (1+2+3+4)	252,1	375,2
Varição no caixa	(123,1)	273,9

Análise do Fluxo de Caixa em 31 de dezembro de 2014 comparado a 31 de dezembro de 2013.

A Companhia apresenta redução de caixa substancial em decorrência de suas operações, embora o fluxo de caixa possa variar de período a período conforme os reajustes tarifários decorrentes das variações de custos.

Em 31 de dezembro de 2014, o caixa e equivalentes de caixa da Companhia somaram R\$252,1 milhões, frente aos R\$375,2 milhões verificados em 31 de dezembro de 2013. . Essa redução é explicada pela diminuição do caixa gerado pelas atividades operacionais, principalmente em função do aumento do custo com compra de energia.

Fluxos de Caixa de Atividades Operacionais

O caixa gerado nas atividades operacionais apresentou uma redução de 61,0%, variando de R\$1.199,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 para R\$468,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014. Essa variação pode ser explicada, principalmente, pelo aumento de valores a receber de Parcela A e outros ativos financeiros em função do aumento do custo com compra de energia da Companhia.

Fluxos de Caixa de Atividades de Investimento

O fluxo de caixa usado em atividades de investimento passou de R\$1.982,9 milhões aplicados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 para R\$358,5 milhões gerados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014. Essa variação pode ser explicada principalmente pelo

resgate da aplicação financeira destinada à quitação do contrato de dívida relacionada a benefício pós-emprego, no montante de R\$1.209,9 milhões.

Fluxos de Caixa de Atividades de Financiamentos

O fluxo de caixa das atividades de financiamento passou de R\$1.057,4 milhões gerados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 para R\$949,9 milhões aplicados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014. Essa variação é decorrente principalmente em função da amortização de dívida contratual com plano de pensão e da redução no fluxo de captações de empréstimos, financiamentos e debêntures.

10.2. Os diretores devem comentar:

10.2.a. resultados das operações do emissor, em especial:

10.2.a.i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

O cenário setorial, assim como em 2014, se manteve desafiador em 2015 para as empresas do Setor Elétrico Brasileiro por conta da falta de chuvas no período úmido.

Os níveis dos reservatórios comprometidos, principalmente nas regiões do Sudeste e Centro-Oeste, impactaram em um preço da energia alto, causado pela necessidade da geração das usinas termoeletricas, que se mantiveram despachadas ao longo do ano.

Devido à condição hidrológica desfavorável, a partir de janeiro de 2015 entraram em vigor as “bandeiras tarifárias” para cobrir, as despesas previstas, incorridas pelas concessionárias de distribuição, em decorrência de: exposição involuntária no mercado de curto prazo, e despacho termoeletrico vinculado aos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado na modalidade por disponibilidade - CCEAR-D, Riscos Hidrológicos (Cotas e Itaipu) e gastos referentes à geração térmica com custo de combustível superior ao PLD. Os recursos provenientes das bandeiras foram revertidos à Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (CCRBT), criada pela Resolução Normativa 649/2015 da ANEEL. O repasse das distribuidoras à conta e vice-versa será realizado pelo resultado líquido entre as receitas

faturadas e os custos passíveis de cobertura, como despesas com térmicas, ESS, exposição involuntária, entre outros.

Além disso, conforme previsto nos contratos de concessão das distribuidoras, em casos de desequilíbrio econômico-financeiro nos contratos resultante de alterações nos custos não gerenciáveis, as concessionárias podem entrar com um pedido de Revisão Tarifária Extraordinária. Com isso, em fevereiro, a Aneel aprovou um índice médio de reajuste tarifário extraordinário de 22,48% para a controlada Light SESA, vigente desde 02 de março de 2015, sendo que a percepção desse aumento para consumidores residenciais foi de 21,06%.

Em 2015, a receita líquida da distribuidora, desconsiderando a receita de construção, somou R\$ 8.814,0 milhões, 20,4% acima da receita apurada em 2014, em função: (i) dos R\$ 926,5 milhões provenientes do sistema de bandeiras tarifárias faturados na área de concessão da Light SESA; (ii) do aporte de R\$ 545,0 milhões da Conta ACR referente às liquidações no mercado de curto prazo com competência de novembro e dezembro de 2014; (iii) do recebimento de R\$ 504,3 milhões oriundos da CCRBT (competência de janeiro a novembro de 2015); e (iv) dos aumentos médios das tarifas de 22,48% a partir de 02 de março de 2015 (revisão tarifária extraordinária) e de 16,78% a partir de 07 de novembro de 2015 (reajuste anual).

Em 2014, a receita líquida da distribuidora totalizou R\$ 8.258,3, 23,0% acima de 2013 e, desconsiderando a receita de construção, somou R\$ 7.317,8 milhões, 24,1% acima da receita apurada em 2013, explicado: (i) pelo reconhecimento da CVA na receita líquida a partir de dezembro de 2014 (desconsiderando o efeito da contabilização da CVA, o crescimento da receita líquida no ano seria de 6,8%); (ii) pelo aumento na receita não faturada; (iii) pelo reajuste tarifário anual a partir de 07 de novembro de 2014; (iv) pelo aumento de 3,0% no consumo de energia no ano. Em 2014, a receita de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos totalizou R\$ 50,2 milhões, enquanto a receita tratada como Obrigações Especiais para o combate às perdas somou R\$ 186,5 milhões.

Em 2013, a receita líquida da Light S.E.S.A., R\$ 6.716,8 milhões, 1,5% acima de 2012 e desconsiderando a receita de construção, totalizou R\$ 5.896,5 milhões, 0,8% abaixo da registrada em 2012, em função principalmente, da

combinação: (i) da redução de 19,63% das tarifas ocorrida em 24 de janeiro de 2013, pelo Reajuste Tarifário Extraordinário, (ii) do crescimento de consumo do mercado total de 2,9% e (iii) do aumento médio da tarifa de energia de 1,3% (expurgado o efeito das obrigações especiais), a partir de 7 de novembro de 2013, homologado pelo processo de Revisão Tarifária.

No quadro abaixo segue a receita líquida, desconsiderando as eliminações, dos últimos 3 anos:

Receita Líquida (R\$MM)	2015	2014 Reapresentado	2013
Distribuição	9.750,86	8.248,85	6.716,80

10.2.a.ii fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Fornecimento de energia elétrica

A tabela abaixo descreve o fornecimento de energia pela Light SESA, aos clientes cativos nas classes, residencial, industrial, comercial e outras, mostrando a evolução do consumo e faturamento dessas classes, desde 2012, e suas participações no faturamento total:

Classe de Clientes	2015			2014			2013		
	Consumo (GWh)	R\$ milhões	% fornecimento de energia elétrica	Consumo (GWh)	R\$ milhões	% fornecimento de energia elétrica	Consumo (GWh)	R\$ milhões	% fornecimento de energia elétrica
Residencial	8.778	4.660,0	41,1	8.950	3.190,2	41,6	8.312	2.872,0	40,8
Industrial	1.274	484,8	6,0	1.396	332,8	6,5	1.395	294,2	6,8
Comercial	7.567	3.735,1	35,4	7.449	2.346,2	34,6	7.086	2.109,8	34,8
Outros	3.743	1.446,4	17,5	3.705	879,8	17,2	3.598	845,3	17,6
ICMS		3.621,8			2.373,3		-	2.194,9	
Fornecimento Não Faturado		224,6			104,7		-	(83,2)	
Total	21.361	14.172,7		21.500	9.227,0		20.391	8.233,0	100,0

Migração de Consumidores Livres

Em 2015, 19,2% (5.085 GWh) da quantidade de energia elétrica distribuída pela Light SESA ao Mercado Cativo foi destinada a Consumidores Potencialmente Livres e em 2014, aproximadamente 18,8% (4.993 GWh).

Mesmo que um consumidor decida migrar do sistema de tarifas reguladas para se tornar um Consumidor Livre, a Companhia ainda fará jus ao recebimento de TUSD pelo uso do sistema de distribuição (o que não afeta de modo relevante à rentabilidade da Companhia), podendo a Companhia devolver a energia às Geradoras de onde a energia foi adquirida, quando referente aos clientes potencialmente livres (demanda > 3 MW). Já os clientes especiais (demanda entre 500 e 3.000 kW), os quais vêm apresentando um crescimento considerável em volume de migrações, não podem ter seus montantes baixados do volume comprado.

Inadimplência

Historicamente, um percentual significativo do faturamento da Light SESA não é pago na data de vencimento e dá origem ao provisionamento na conta de Provisões para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD), de acordo com as práticas contábeis regulatórias do setor. A PCLD representou 1,8% e 1,3% da receita bruta de fornecimento de energia, respectivamente em 2013 e 2014. Em 2015, a PCLD foi de 1,0% da receita bruta de faturamento de energia, totalizando R\$153,2 milhões. Tal resultado foi R\$25,7 milhões superior ao registrado no ano passado.

O aumento é explicado principalmente pelos reajustes tarifários ocorridos desde novembro de 2014, totalizando aproximadamente 86% de aumento.

Perdas de Energia

A Light SESA está sujeita a dois tipos de perda de eletricidade: perdas técnicas e perdas não técnicas. As perdas técnicas ocorrem no curso ordinário da distribuição de energia elétrica, enquanto perdas não técnicas resultam do furto de energia, bem como de fraude, medição errada e erros de emissão de contas. As perdas de energia acarretam a obrigação de a Companhia adquirir mais energia para fazer face às suas necessidades de distribuição, ocasionando um aumento dos custos de compra de energia para revenda.

Com a conclusão da Audiência Pública nº 052/2007, em 25 de novembro de 2008, a Aneel modificou a metodologia de cálculo da taxa de perdas de energia regulatória, que é repassada aos consumidores. A nova metodologia adotada pela Aneel leva em consideração o índice de complexidade social, que permite diferenciar as áreas de concessão quanto a determinadas características socioeconômicas.

Com base nessa nova metodologia, as perdas não técnicas, calculadas anteriormente sobre a carga fio, passam a ser calculadas sobre o mercado de baixa tensão, considerando-se uma trajetória declinante até o fim do ciclo tarifário.

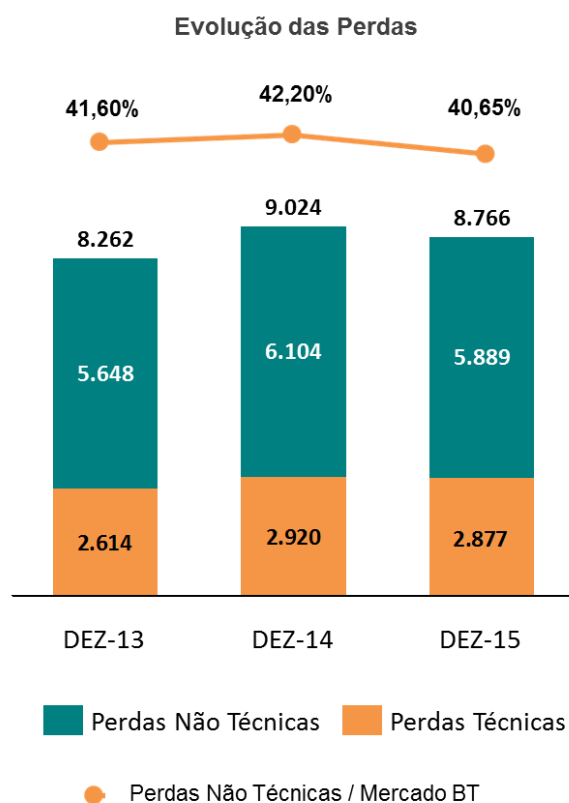
Em novembro de 2013, a Aneel aprovou o processo de Revisão Tarifária da Light SESA, determinando os novos valores de perdas não técnicas que serão reconhecidos ao longo do novo ciclo regulatório. Esse percentual será de

40,41% sobre o mercado de baixa tensão, constante ao longo do ciclo. O valor correspondente à diferença entre esse percentual e um referencial que parte de 31,37%, no início do ciclo, até atingir 29,69% em 2018, será investido no programa de combate a perdas da Companhia e tratado como Obrigações Especiais, fora da Base de Remuneração Regulatória. A evolução dos resultados do programa de combate a perdas será acompanhada pela Aneel, como condição para a manutenção do patamar de 40,41%.

A Light conseguiu expressiva redução nas perdas de energia elétrica no ano de 2015. Comparativamente com o ano de 2014, a redução atingiu 1,5 p.p. Com isso, as perdas não técnicas totalizaram 5.889GWh no ano de 2015, representando 40,65% sobre a energia faturada no mercado de baixa tensão e 15,6% sobre a carga fio.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, as perdas não-técnicas totalizaram 6.104GWh, representando 42,2% sobre o mercado de baixa tensão, e 16,1% sobre a carga fio.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, as perdas não-técnicas totalizaram 5.648GWh, representando 41,6% sobre o mercado de baixa tensão, e 15,4% sobre a carga fio.



A partir do 4T15, a Companhia passa a apresentar os dados de perdas desconsiderando a variação da energia não-faturada e os clientes de baixa tensão no mercado livre, a fim de aproximar-se da metodologia utilizada pela Aneel para apuração dos dados. As informações históricas foram reapresentadas a fim de refletir esta alteração.

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

10.3.a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não há no presente momento, expectativa de introdução ou alienação futura de segmento operacional.

10.3.b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não há constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

10.3.c. eventos ou operações não usuais

Não houve eventos ou operações não usuais.

10.4. Os diretores devem comentar

10.4.a. mudanças significativas nas práticas contábeis

No exercício de 2013, a Administração da Companhia decidiu por apresentar os créditos de PIS e COFINS sobre energia comprada como redutor da conta de despesa com energia comprada ao invés de apresentar como redução do PIS e COFINS. Esta reclassificação foi realizada para alinhar estes critérios de apresentação com as melhores práticas das empresas do setor.

Em 2014, Administração reavaliou o critério de apresentação da amortização da dívida contratual com o plano de pensão na demonstração dos fluxos de caixa, resultando em apenas uma reclassificação relativa ao exercício de 2013

para fins de comparabilidade. A amortização da dívida contratual com o plano de pensão passou a ser apresentada dentro do fluxo das atividades de financiamento pela sua característica de dívida, ao invés de apresentá-la como fluxo das atividades operacionais, de forma a refletir melhor a natureza da operação.

Em 2015, com a entrada em vigor, a partir de 1º de janeiro de 2015, do novo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – “MCSE”, emitido pela Aneel, a Administração optou por alinhar a apresentação da demonstração do resultado com esta orientação por entender que essa retrata mais adequadamente as operações da Companhia, embora não fosse para fins societários. As reclassificações efetuadas com o intuito de alinhar o critério de apresentação com as melhores práticas das empresas do setor elétrico conforme orientação Aneel foram: (i) reclassificações entre custos operacionais e despesas gerais e administrativas, eliminando-se as despesas de vendas; (ii) a variação cambial, pelo seu faturamento, sobre energia comprada de Itaipu como despesa ou receita financeira, ao invés de apresentá-la como aumento ou redução do custo com energia comprada; (iii) a multa por violação de indicadores de continuidade (DIC/FIC) classificada como despesa operacional, anteriormente apresentada como despesa financeira.

10.4.b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

A mudança na classificação do registro dos créditos de PIS e COFINS oriundos da compra de energia, realizada em 2013, gerou uma diminuição na receita líquida da Companhia no montante de R\$377.247 em contrapartida ao custo de energia comprada para revenda, que foi reduzido no mesmo montante, no exercício de 2012.

Em 2014, a reclassificação da amortização da dívida contratual com o plano de pensão na demonstração dos fluxos de caixa gerou um aumento no caixa líquido das atividades operacionais de R\$111.888 e uma redução, de mesmo valor, no caixa gerado pelas atividades de financiamento do exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Com a entrada em vigor, a partir de 1º de janeiro de 2015, do novo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – “MCSE”, emitido pela Aneel, a Administração optou por alinhar a apresentação da demonstração do resultado com esta orientação por entender que essa retrata mais adequadamente as operações da Companhia. As reclassificações efetuadas com o intuito de alinhar o critério de apresentação com as melhores práticas das empresas do setor elétrico conforme orientação Aneel geraram aumento de R\$29.538 e R\$65.505 na receita líquida e no custo da operação, respectivamente. Em contrapartida houve uma redução nas despesas operacionais e na despesa financeira de R\$77.773 e R\$17.270, não tendo efeito no lucro líquido em 31 de dezembro de 2014.

Na demonstração do valor adicionado, as reclassificações geraram um aumento de R\$17.270, nos insumos adquiridos de terceiros e uma redução, de mesmo valor, na remuneração de capitais de terceiros.

10.4.c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

2015:

Ressalvas: Não há

Ênfases:

Em função da decisão da Administração de alinhar a apresentação da demonstração do resultado com o novo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – “MCSE”, emitido pela Aneel, alguns saldos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foram ajustados e reapresentados, para fins de comparação na demonstração de resultado e na demonstração de valor adicionado. A Administração entende que a ênfase é adequada em função da alteração da demonstração do resultado e da demonstração do valor adicionado comparativos para refletir melhor a natureza da operação.

2014:

Ressalvas: Não há

Ênfases:

Em função da mudança de critério de apresentação da amortização da dívida contratual com o plano de pensão na demonstração dos fluxos de caixa, os saldos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foram ajustados e reapresentados, para fins de comparação. A Administração entende que a ênfase é adequada em função da alteração dos fluxos de caixas comparativos para refletir melhor a natureza da operação.

Foi incluída também uma ênfase com o objetivo de chamar a atenção para o registro feito pela Companhia, referente aos recebimentos provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), que foram contabilizados como redução do custo de energia comprada no exercício de 2014. A Administração concorda que os recursos provenientes da CDE tiveram impacto significativo no resultado do exercício de 2014, que contribuíram para reduzir o efeito dos maiores custos com compra de energia ocasionada principalmente acionamento de usinas térmicas e pela exposição involuntária da distribuidora de energia.

2013:

Ressalvas: Não há

Ênfases:

Em função das mudanças nas políticas contábeis, os saldos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foram ajustados e reapresentados, para fins de comparação.

Foi incluída também uma ênfase com o objetivo de chamar a atenção para o registro feito pela Companhia, referente aos recebimentos provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), já homologados pela ANEEL, que foram contabilizados como redução do custo de energia comprada no exercício de 2013.

10.6. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

10.6.a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

10.6.a.i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

10.6.a.ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

10.6.a.iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

10.6.a.iv. contratos de construção não terminada

10.6.a.v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

A Companhia não possui ativos ou passivos que não estejam refletidos no Formulário de Referência ou nas demonstrações financeiras e suas notas explicativas.

10.6.b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

10.7. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

10.7.a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor.

Conforme mencionado no item 10.6 acima, não há itens não evidenciados nas

demonstrações financeiras.

10.7.b. natureza e o propósito da operação.

Conforme mencionado no item 10.6 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

10.7.c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.

Conforme mencionado no item 10.6 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

10.8. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

10.8.a. investimentos, incluindo:

10.8.a.i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os principais investimentos nos últimos anos têm sido destinados à manutenção e ao aprimoramento da rede de distribuição.

A tabela a seguir apresenta os investimentos da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013, 2014 e 2015:

Período	Exercício Social encerrado em dezembro em 2015	Exercício Social encerrado em dezembro em 2014	Exercício Social encerrado em dezembro em 2013
Investimento (R\$MM)	773,94	932,10	712,60

No ano de 2015, foram aplicados R\$ 773,94 milhões em projetos de investimentos, 17,0% abaixo do investido no ano de 2014 em função principalmente da redução dos investimentos da Companhia nas ações de reforço a rede e expansão. Dentre os investimentos realizados, se destacam:

(i) o desenvolvimento de redes de distribuição e expansão, num montante de R\$ 408,2 milhões, com o intuito de atender ao crescimento de mercado, aumentar a robustez da rede e melhorar a qualidade, dos quais R\$ 56,3 milhões foram destinados a investimentos específicos para as Olimpíadas nesse período, (ii) o avanço no projeto de combate às perdas de energia (blindagem de rede, sistema de medição eletrônica e regularização de fraudes), no qual foi investido o montante de R\$ 358,9 milhões.

A Companhia planeja investir aproximadamente R\$ 708,9 milhões em 2016. Dos investimentos totais orçados para este período, R\$ 655,6 milhões destinam-se aos investimentos em ativos elétricos e R\$ 53,2 milhões para serem investidos em ativos não-elétricos.

10.8.a.ii. fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia financia seus projetos de investimento com sua geração própria de caixa e através de linhas de financiamento do BNDES (quando elegível) e/ou demais instrumentos de captação dos mercados de capitais.

10.8.a.iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há.

10.8.b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há.

10.8.c. novos produtos e serviços, indicando:

10.10.c.i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

O programa de Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) é elaborado de acordo com a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, que define a obrigatoriedade das concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica em investir 0,2% da sua Receita Operacional Líquida em projetos de P&D, à

Resolução Aneel nº 271 de 19 de julho de 2000, e conforme manual aprovado pela Resolução Aneel nº 504 de 14 de Agosto de 2012.

10.8.c.ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Durante o ano de 2015, foi gasto um total de R\$ 12,0 milhões em projetos de pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

10.8.c.iii projetos em desenvolvimento já divulgados

Em continuidade aos projetos de pesquisa, e observando a mesma diretriz a eles aplicada, durante o ano de 2015 houve o desenvolvimento de 9 projetos novos na LIGHT S.E.S.A. Também estiveram em execução, 28 projetos de P&D pela Light S.E.S.A. nesse ano, sendo que 14 foram concluídos em 2015.

Dentre os principais projetos de novos produtos e serviços que já estão na fase de desenvolvimento industrial, destaca-se o (a) Desenvolvimento Experimental do software SIMULIGHT, (b) Lote pioneiro dos revestimentos protetores de poste de madeira, (c) Cabeça de Serie do Sistema de Supervisão de Comutadores de Transformadores de Potencia, (d) Cabeça de Serie e Dispositivo de Bloqueio e Alarme por Fraude em medidores.

10.8.c.iv montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Os projetos de 2015 em andamento da Light S.E.S.A. tiveram, do total do investimento, cerca de 78% de gastos em Projetos na fase de Pesquisa Aplicada, 5% de gastos na fase Desenvolvimento Experimental, 10% de gastos na fase de Cabeça de Série e 6% em Projetos na fase de Lote Pioneiro.

10.9. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

ANEXO II - Destinação do Lucro Líquido (conforme Instrução 481 (Anexo 9-1-II))

Em função da apuração de **prejuízo** no exercício, o Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 481/09 não é apresentado.

ANEXO III – Eleger os membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração

12.5. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:

- a. nome**
- b. data de nascimento**
- c. profissão**
- d. CPF ou número do passaporte**
- e. cargo eletivo ocupado**
- f. data de eleição**
- g. data da posse**
- h. prazo do mandato**
- i. outros cargos ou funções exercidos no emissor**
- j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não**
- k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência**
- l. número de mandatos consecutivos**

Membros do Conselho de Administração:

a. Nome	b. Data de nascimento	c. Profissão	d. CPF	e. Cargo eletivo a ocupar	f. Data da AGO de eleição	g. Data da Posse	h. Prazo do mandato	i. Outros cargos exercidos na Cia.	j. Indicado pelo controlador	k. Membro independente	l. Número de mandatos executivos
Sérgio Gomes Malta	13/12/1956	Economista e Administrador	606.907.397-53	Conselheiro de Administração Efetivo	28/04/2016	28/04/2016	Até AGO 2018	A ser definido	Sim	Não	Primeiro Mandato
Nelson José Hubner Moreira	16/03/1954	Engenheiro Eletricista	443.875.207-87	Conselheiro de Administração Efetivo	28/04/2016	28/04/2016	Até AGO 2018	A ser definido	Sim	Não	Segundo mandato
Fernando Henrique Shüffner Neto	03/01/1960	Engenheiro Eletricista	320.008396-49	Conselheiro de Administração Efetivo	28/04/2016	28/04/2016	Até AGO 2018	A ser definido	Sim	Não	Quarto Mandato
Marcello Lignani Siqueira	22/02/1938	Engenheiro Civil	003.753.146-87	Conselheiro de Administração Efetivo	28/04/2016	28/04/2016	Até AGO 2018	A ser definido	Sim	Não	Segundo Mandato
Marco Antônio de Rezende Teixeira	23/09/1956	Advogado	371.515.926-04	Conselheiro de Administração Efetivo	28/04/2016	28/04/2016	Até AGO 2018	A ser definido	Sim	Não	Segundo mandato
Ana Marta Horta Veloso	29/07/1968	Economista	804.818.416-87	Conselheiro de Administração Efetivo	28/04/2016	28/04/2016	Até AGO 2018	Diretora Presidente	Sim	Não	Quarto Mandato
Edson Rogério da Costa	29/12/1970	Bancário	510.309.260-34	Conselheiro de Administração Titular	28/04/2016	28/04/2016	Até AGO 2018	A ser definido	Sim	Não	Segundo Mandato
Marcelo Pedreira de Oliveira	17/11/1967	Economista	003.623.457-59	Conselheiro de Administração Efetivo	28/04/2016	28/04/2016	Até AGO 2018	A ser definido	Sim	Não	Quinto Mandato
Carlos Alberto da Cruz	10/09/1950	Engenheiro Eletricista	374.729.257-72	Conselheiro de Administração Efetivo	28/04/2016	28/04/2016	Até AGO 2018	Engenheiro Eletricista Sênior	Não/ Representante dos Empregados	Não	Terceiro Mandato
Samy Kopit Moskovitch	09/01/1962	Economista	432.564.816-04	Conselheiro de Administração Suplente	28/04/2016	28/04/2016	Até AGO 2018	A ser definido	Sim	Não	Segundo Mandato
César Vaz de Melo Fernandes	05/11/1957	Engenheiro Eletricista	299.529.806-04	Conselheiro de Administração Suplente	28/04/2016	28/04/2016	Até AGO 2018	A ser definido	Sim	Não	Quinto Mandato
Eduardo Henrique Campolina Franco	28/07/1976	Administrador de Empresas	034.166.706-47	Conselheiro de Administração Suplente	28/04/2016	28/04/2016	Até AGO 2018	A ser definido	Sim	Não	Segundo Mandato
Daniel Batista da Silva Júnior	28/06/1985	Administrador de Empresas	063.996.266-17	Conselheiro de Administração Suplente	28/04/2016	28/04/2016	Até AGO 2018	A ser definido	Sim	Não	Segundo Mandato
Rogério Sobreira Bezerra	26/07/1965	Economista	429.047.734-87	Conselheiro de Administração suplente	28/04/2016	28/04/2016	Até AGO 2018	A ser definido	Sim	Não	Segundo Mandato
José Augusto Gomes Campos	02/12/1964	Físico	505.516.396-87	Conselheiro de Administração suplente	28/04/2016	28/04/2016	Até AGO 2018	A ser definido	Sim	Não	Quarto Mandato
Júlio Cezar Alves de Oliveira	25/06/1956	Advogado	450.306.857-15	Conselheiro de Administração Suplente	28/04/2016	28/04/2016	Até AGO 2018	A ser definido	Sim	Não	Primeiro
Luiz Carlos da Silva Cantídio Júnior	11/07/1958	Administração de Empresas	150.915.381-00	Conselheiro de Administração Suplente	28/04/2016	28/04/2016	Até AGO 2018	A ser definido	Sim	Não	Quarto Mandato
Magno dos Santos Filho	06/11/1963	Operador de Subestção	891.944.467-68	Conselheiro de Administração Suplente	28/04/2016	28/04/2016	Até AGO de 2018	A ser definido	Não/ Representante dos Empregados	Não	Terceiro

m. informações sobre:

- i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:**
 - nome e setor da atividade da empresa
 - cargo
 - se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor

- ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor**

Conselho de Administração:

Membro Efetivo

Sérgio Gomes Malta

Graduado em Administração Pública na Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas, em Dezembro de 1978. Mestre em Economia Industrial no Instituto de Desenvolvimento Econômico e Industrial – IEDES, da Universidade de Paris I – Sorbonne, em 1980.. Atualmente é Presidente do Sindicato Interestadual das Indústrias de Energia Elétrica, Membro do Conselho de Energia da Associação Comercial do Rio de Janeiro - ACRJ, Membro do Conselho de Administração da FIRJAN, e do Conselho da Bolt Energias, Diretor da Sociedade Nacional de Agricultura – SNA e do Conselho de Administração da Câmara de Comércio França-Brasil. É conselheiro da Bolt Energias, desde 2013.

Nelson José Hubner Moreira

Graduado em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal Fluminense e pós-graduado em Matemática pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília. Foi Diretor Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), por 4 anos, durante o período de 2009 a 2013. Atuou como Ministro no Ministério das Minas e Energia, durante os anos de 2007 e 2008.

Fernando Henrique Schüffner Neto

Graduado em Engenharia Elétrica pela PUC-MG e mestre em Automação e Controle pela UNICAMP. Desde 2010 ocupa o cargo de Diretor de Negócios da Cemig. No período de 2007 a 2008 exerceu o cargo de Diretor de Geração e Transmissão da Cemig, logo após, no período de 2008 a 2010, exerceu o cargo de Diretor de Distribuição e Comercialização.

Marcello Lignani Siqueira

Graduado em Engenharia Civil e Eletrônica pela Universidade Federal de Juiz de Fora/MG. Exerceu, nos anos de 1999 a 2012, o cargo de Presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais, e Presidente da Companhia

Municipal de Saneamento de Juiz de Fora de 1995 a 1998. Tornou-se Deputado Federal por Minas Gerais no período entre 2003 e 2007. Entre 2007 a 2011, atuou como Diretor de Administração e Finanças da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais.

Marco Antônio de Rezende Teixeira

Graduado em Direito, desde 1983 é empregado da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), lotado na cidade de Belo Horizonte. Entre 1993 e 1996 atuou como Diretor Jurídico da Superintendência de Desenvolvimento da Capital e entre 1997 a 2012 como Procurador Geral do Município de Belo Horizonte. Recebeu como condecorações: Medalha do mérito do Legislativo municipal, concedida pela Câmara Municipal de Belo Horizonte; Medalha Juiz Ari Rocha, concedida pelo Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região; e, Medalha do Grande Colar do Mérito do Legislativo Municipal, concedido pela Câmara Municipal de Belo Horizonte.

Ana Marta Horta Veloso

Graduada em economia pela UFMG e Mestre em Economia Industrial pela UFRJ, desde dezembro de 2015, a Sra. Ana Marta é Diretora Presidente da Light S.A., Light S.E.S.A e Light Energia S.A. Com vasta experiência corporativa, previamente, a Sra. Ana Veloso atuou como Diretora Estatutária da Equatorial Energia (2008 a nov/2015), Executiva do Banco Pactual (2006 a 2008) e na área de mercados de capitais do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (1992 a 2006). A Sra. Ana Marta Veloso integrou também Conselhos de Administração de diversas empresas, tais como: Acesita S.A., Vale S.A., Klabin S.A., Net Serviços de Comunicação S.A., Light S.A. (2006 a 2011 e 2015), Equatorial Energia S.A. (2006 a 2008), Cemar S.A. (2006 - 2015), e Celpa S.A. (2012-2015).

Edson Rogério da Costa

Graduado em Ciências Contábeis pela UniCEUB, possui com MBA em Finanças pela FIECAFI/USP e MBA em Liderança Estratégica pela INEPAD/UNISINOS. Ocupa o cargo de Diretor de *Corporate Bank* do Banco do Brasil S.A. No período entre junho de 2009 a junho de 2011 foi Superintendente Centro Norte das agências do segmento Middle Market do

Banco do Brasil. No período entre junho de 2011 a fevereiro de 2012 ocupou o cargo de Superintendente Corporate das agências Corporate do Banco do Brasil em todo território Nacional. Foi ainda, no período de fevereiro de 2012 a fevereiro de 2014, Gerente Geral da Unidade de Governança de empresas investidas pelo Banco do Brasil S.A.

Marcelo Pedreira de Oliveira

Graduado em Economia pela Faculdade Candido Mendes, possui MBA em Finanças pelo IBMEC, e desde 2006 trabalha no Grupo FIP Brasil Energia. No período de 1997 a 2004 foi Diretor da SEB e Assistente do Vice-Presidente da CEMIG. Foi Presidente da Eletronet, empresa de Infovias, e da Way Brasil Telecomunicações, além de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Eletronet S.A. e do Consórcio da Usina Hidrelétrica de Aimorés. É membro efetivo do Conselho de Administração das seguintes empresas: Cemig, Eletronet, Way Brasil, Consórcio Aimorés, AES Communications Rio, Intesa, Tevisa e PCH Rio do Braço e Presidente do Conselho Fiscal da Eletropaulo.

Carlos Alberto da Cruz

Graduado em Engenharia Elétrica na Universidade Veiga de Almeida, possui 35 anos de experiência em Sistemas Elétricos de Potência. Foi responsável pelo acompanhamento de diversos projetos da Gerência de Projetos e Construção de Subestações e Linhas de Transmissão. É auditor líder ambiental no processo de Certificação dos sites da Light (SGA). Atualmente é Engenheiro Senior de Campo da Gerência de Projetos e Construção de subestações da Light. Diretor do Sindicato dos Engenheiros há quatro mandatos.

Membro Suplente

Samy Kopit Moscovitch

Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Minas Gerais e mestre em Geografia pelo Instituto de Geociências. Atua como assessor de Diretoria do BNDES desde 2012. Atuou como Especialista em Competitividade Industrial, na Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial no período de 2009 a 2010. Atuou ainda na Prefeitura Municipal de Belo Horizonte como Diretor de informações técnicas nos anos de 2000 a 2002.

César Vaz de Melo Fernandes

Graduado em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Minas Gerais, possui MBA em Finanças e Gestão de Negócios, ambos pelo IBMEC e atualmente trabalha como superintendente de Desenvolvimento de Negócios da CEMIG. No período de 2005 a 2007 atuou como Diretor de Construção em Furnas. Atuou no período de 2003 a 2005, como superintendente de Distribuição da Região Metropolitana na CEMIG.

Eduardo Henrique Campolina Franco

O Sr. Eduardo Henrique Campolina Franco é graduado em Administração de Empresas e possui *Pós-Graduação – MBA Executivo, Projetos e Finanças e Controladoria*. Atualmente O Sr. Eduardo Henrique Campolina Franco exerce, o cargo de Gerente de Planejamento Corporativo e Orçamento da CEMIG Distribuição S.A. Anteriormente exerceu, até abril de 2014, o cargo de Gerente de Análise e Acompanhamento de Projetos na mesma Companhia.

Daniel Batista da Silva Júnior

Graduado em Administração de Empresas com habilitação em Comércio Exterior pela UNA, possui MBA em Gestão Estratégica de Finanças Corporativas pela UNA. Desde fevereiro/2015 é Assessor da Presidência da GASMIG - Companhia de Gás de Minas Gerais. Foi Assessor na Superintendência Executiva do Grupo Santander Brasil S.A., no período de outubro 2007 a janeiro de 2014. Atuou ainda como Gerente de Investimentos do Banco Itaú Unibanco S.A., companhia do setor financeiro, no período de janeiro de 2014 a fevereiro de 2015.

Rogério Sobreira Bezerra

Doutor em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ocupa, desde 2013, o cargo de Vice-Diretor da Diretoria de Análise de Políticas Públicas da Fundação Getúlio Vargas. Entre 2002 e 2012 atuou como professor e pesquisador de finanças da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas. Recebeu as seguintes condecorações: 2010: Prêmio Brasil de Economia pelo livro “Política Monetária,

Bancos Centrais e Metas de Inflação”; Primeiro lugar categoria Livro de Economia, Conselho Federal de Economia – COFECON.

José Augusto Gomes Campos

Graduado em Física pela Universidade Estadual de Campinas, ocupa, desde 2009, o cargo de Gerente de Desenvolvimento de Projetos da Andrade Gutierrez Concessões S/A. Atuou, entre 2006 e 2008, como Diretor de Project Finance da Coporación Quiport S/A. Desde 2010 atua também como membro suplente dos Conselhos de Administração das seguintes empresas: CEMIG, CEMIG Geração e Transmissão e CEMIG Distribuição, além do cargo de membro suplente do Conselho Fiscal da CCR.

Júlio Cezar Alves de Oliveira

Graduado em Direito pelo Centro Superior de Ciências Sociais de Vila Velha ES, com diversas especializações em Gestão e Finanças Empresariais na Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas, no período de 1997 a 2000. ocupa o cargo de Vice Presidente de Governo do Banco do Brasil S.A. Foi Diretor Geral do Grupo Segurador Banco do Brasil e Mapfre (no período de 2011 a 2014), Presidente da Aliança do Brasil Seguros (no período mar/2011 a out/2011), Presidente da Brasilveículos Companhia de Seguros (no período 2007 a 2011), membro titular do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A (2007), Diretor Representante da Brasilveículos na FENSEG - Federação Nacional de Seguros Gerais (2007) e Diretor do Banco Popular do Brasil (no período 2003 a 2006).

Luiz Carlos da Silva Cantídio Júnior

Graduado em Administração pelo CCNY – City College of New York, Baruch College, NY, EUA. Atualmente, responde pela área de Equity Investments, e é Diretor Presidente da Santander Participações S.A. Em meados de 1999, tornou-se Vice Presidente do Santander, e foi responsável pela área comercial do Banco de Atacado e pelo Corporate & Investment Banking até 2009.

Magno dos Santos Filho

Iniciou suas atividades no Centro de Aprendizes de Ofícios nas instalações do complexo de oficinas de Triagem em 1978. Exerceu atividades de Operador de

Subestações na Light Serviços de Eletricidade S.A. até 1994, quando foi eleito Diretor do Sindicato dos Urbanitários, sendo liberado pela empresa para exercer as atividades sindicais. Em 2002 assume a Presidência do Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Energia do Rio de Janeiro e Região - Sintergia por dois mandatos. Em junho de 2009, assume a Secretaria Geral da Federação dos Urbanitários, continuando como Diretor de Formação do Sintergia.

n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

Membros do Conselho de Administração

Todos os senhores indicados para membros do Conselho de Administração, mencionados no item 12.5 acima, declararam, individualmente, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não estiveram sujeitos aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

Conselho de Administração	Total de reuniões realizadas pelo respectivo órgão desde a posse	% de participação do membro nas reuniões realizadas após a posse
Nelson José Hubner Moreira	29	100,00%
Fernando Henrique Schuffner Neto	45	31,10%
Marcello Lignani Siqueira	29	58,62%
Marco Antonio de Rezende Teixeira	29	73,91%
Ana Marta Horta Veloso	29	73,91%
Marcelo Pedreira de Oliveira	45	91,10%
Carlos Alberto da Cruz	45	95,30%
Samy Kopit Moskovitch	29	96,55%
Cesar Vaz de Melo Fernandes	45	66,60%
Eduardo Henrique Campolina	23	78,26%
Daniel Batista da Silva Júnior	23	33,26%
Rogério Sobreira Bezerra	29	41,37%
José Augusto Gomes Campos	45	95,30%
Edson Rogério da Costa	29	31,03%
Luíz Carlos da Silva Cantídio Júnior	18	72,20%

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

A Companhia não possui comitês estatutários.

12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não

sejam estatutários¹, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

A Companhia não possui comitês estatutários.

12.13. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

Não há.

¹ As informações prestadas neste item devem abranger comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, bem como estruturas organizacionais assemelhadas, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, desde que tais comitês ou estruturas participem do processo de decisão dos órgãos de administração ou de gestão do emissor como consultores ou fiscais.

ANEXO IV – Fixar a remuneração anual global dos administradores

Para o exercício social de 2016 (período de janeiro a dezembro), a Companhia apresentou, em Reunião do Conselho de Administração de 28 de março de 2016, a proposta de remuneração anual global dos Administradores da Light S.E.S.A. no valor total de R\$20.291.652,00 (vinte milhões, duzentos e noventa e um mil, seiscentos e cinquenta e dois reais).

Proposta 2016	Light S.E.S.A.
Conselho de Administração	1.882.421
Diretoria Estatutária	18.409.231
Total	20.291.652

A Companhia disponibiliza a seguir tabela sumária com o montante anual consolidado, segregado por órgão, apresentando (i) os valores aprovados na Assembleia Geral Ordinária realizada em 10 de abril de 2015, e (ii) os valores realizados, conforme divulgados nas demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2015 e a serem aprovados em Assembleia Geral Ordinária dia 28 de abril de 2016.

2015 - Real x Proposto	Proposta AGO 2015 (jan/15 a dez/15)	Realizado 2015 (jan/15 a dez/15)	Diferença
Conselho de Administração	1.820.814	1.334.755	-486.059
Diretoria Estatutária	18.040.910	18.861.886	820.976
Total	19.861.724	20.196.641	334.917

O valor realizado acima do aprovado em AGO é rescisões não previstas, compensadas por conselheiros não remunerados e o cargo de diretor de comunicação vago por 9 meses.

A seguir, a Companhia também disponibiliza tabela com o montante anual consolidado, segregado por órgão, apresentando (i) os valores aprovados na Assembleia Geral Ordinária realizada em 10 de abril de 2015, e (ii) os valores propostos para o exercício social de 2016, a serem aprovados em Assembleia Geral dia 28 de abril de 2016.

Proposta 2015 x 2016	Proposta AGO 2015	Proposta AGO 2016	Diferença
Conselho de Administração	1.820.814	1.882.421	61.607
Diretoria Estatutária	18.040.910	18.409.231	368.321
Total	19.861.724	20.291.652	429.928

O valor proposto para o exercício social de 2016 é 2,2% superior a proposta aprovada na AGO de 2015, justificado principalmente por: (i) reajuste pela inflação; e (ii) rescisões já consideradas no início de 2016.

13.2. Remuneração total por órgão reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal ²:

Remuneração total prevista para o exercício social corrente:

2016	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Total
Número de membros	8,58	20,00	28,58
Número de membros remunerados	8,08	14,17	22,25
REMUNERAÇÃO FIXA ANUAL:	10.275.691	1.882.421	12.158.112
salário ou pró-labore	6.504.239	1.483.788	7.988.027
benefícios diretos e indiretos	1.184.068	101.875	1.285.943
outros (encargos)	2.587.384	296.758	2.884.142
Descrição de outras remunerações fixas	Refere-se a encargos sociais	Refere-se a encargos sociais	Refere-se a encargos sociais
REMUNERAÇÃO VARIÁVEL	6.808.513		6.808.513
bônus	5.319.150		5.319.150
outros (encargos)	1.489.362		1.489.362
BENEFÍCIOS PÓS EMPREGO	1.325.028		1.325.028
BENEFÍCIOS MOTIVADOS PELA CESSAÇÃO DO EXERCÍCIO DO CARGO	1.325.028		
TOTAL R\$	18.409.231	1.882.421	20.291.652

² As informações sobre a política de remuneração devem abranger comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, bem como estruturas organizacionais assemelhadas, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, desde que tais comitês ou estruturas participem do processo de decisão dos órgãos de administração ou de gestão do emissor como consultores ou fiscais.

Remuneração total realizado em 2015

2015	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Total
Número de membros	7,33	15	22,33
Número de membros remunerados	8,08	14,17	22,25
Remuneração fixa anual	9.535.798	1.334.755	10.870.553
Salário ou Pro Labore	5.283.943	1.112.296	6.396.239
Benefícios diretos ou indiretos	1.663.340		1.663.340
Outros (encargos)	2.588.515	222.459	2.810.974
Descrição de outras remunerações fixas	Refere-se a encargos sociais	Refere-se a encargos sociais	Refere-se a encargos sociais
Remuneração variável	5.381.411		5.381.411
Bônus	4.204.227		4.204.227
Participação de resultados	0	0	0
Participação em reuniões	0	0	0
Comissões	0	0	0
Outros (encargos)	1.177.184		1.177.184
Cessação do cargo	3.944.678		3.944.678
Baseada em ações	0	0	0
Observação	O número de membros deste órgão equivale à média anual do número de membros do órgão apurado a cada mês, conforme orientação da CVM.	O número de membros deste órgão equivale à média anual do número de membros do órgão apurado a cada mês, conforme orientação da CVM.	
Total da remuneração	18.861.887	1.334.755	20.196.642

Remuneração total realizado em 2014

2014	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Número de membros	17,92	8	25,92
Número de membros remunerados	13,33	8,00	
Remuneração fixa anual	1.189.820	7.273.180	8.463.000
Salário ou Pro Labore	991.517	5.066.596	6.058.113
Benefícios diretos ou indiretos		772.804	772.804
Outros (encargos)	198.303	1.433.780	1.632.083
Descrição de outras remunerações fixas	Refere-se a encargos sociais	Refere-se a encargos sociais	Refere-se a encargos sociais
Remuneração variável		4.663.749	4.663.749
Bônus		3.643.554	3.643.554
Participação de resultados	0	0	0
Participação em reuniões	0	0	0
Comissões	0	0	0
Outros (encargos)		1.020.195	1.020.195
Descrição de outras remunerações variáveis	Refere-se a encargos sociais	Refere-se a encargos sociais	Refere-se a encargos sociais
Pós emprego	0	0	0
Cessação do cargo	0	0	0
Baseada em ações	0	0	0
Total da remuneração	1.189.820	11.936.929	13.126.749

Remuneração total realizado em 2013

2013	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Número de membros	18,58	8	26,58
Número de membros remunerados	13,92	8,25	
Remuneração fixa anual	1.188.493	7.741.125	8.929.618
Salário ou Pro Labore	990.411	4.815.262	5.805.673
Benefícios diretos ou indiretos		1.443.696	1.443.696
Outros	198.082	1.482.167	1.680.249
Descrição de outras remunerações fixas	Refere-se a encargos sociais.	Refere-se a encargos sociais.	Refere-se a encargos sociais.
Remuneração variável		11.898.897	11.898.897
Bônus		9.296.013	9.296.013
Participação de resultados	0	0	0
Participação em reuniões	0	0	0
Comissões	0	0	0
Outros		2.602.884	2.602.884
Descrição de outras remunerações variáveis		Refere-se a encargos sociais.	
Pós emprego		478.191	478.191
Observação	O número de membros deste órgão equivale à média anual do número de membros do órgão apurado a cada mês, conforme orientação da CVM.	O número de membros deste órgão equivale à média anual do número de membros do órgão apurado a cada mês, conforme orientação da CVM.	
Total da remuneração	1.188.493	20.118.213	21.306.706

13.7. Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária:

Não Há.

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

Não há.

13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que títulos tais valores foram atribuídos a tais indivíduos
Não há.

13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

A Companhia aprovou no dia 24/04/2014, em Assembleia Geral Extraordinária, nova outorga do Plano de Incentivo de Longo Prazo (“Plano”) da Light S.A., na mesma modalidade de Opção Fantasma, aprovada na AGE de 03 de março de 2008 (baseada em indicadores financeiros e não envolvendo opções de ações da Companhia).

O valor do Plano não excederá R\$ 12.788.860,00 (doze milhões setecentos e oitenta e oito mil oitocentos e sessenta reais), em moeda de dezembro de 2013, para 4 anos, considerando as diretrizes abaixo:

- Público Elegível: Presidente e Diretores
- Alinhamento dos interesses dos executivos aos objetivos dos acionistas;
- Criação de valor em uma visão de longo prazo e de sustentabilidade.
- Alinhamento com as práticas de mercado no que tange a remuneração total

As Opções Fantasmas serão outorgadas aos participantes considerando a variação da Unidade de Valor da Light (“UVL”) definida a partir do Plano de Metas da Companhia, que servirá de base para a apuração dos valores reais do Plano no futuro.

A UVL será calculada anualmente através da seguinte fórmula:

$$\text{UVL} = 30\% \text{ VM} + 40\% \text{ VE} + 30\% \text{ VD}$$

Onde:

- **VM (Valor de Mercado)** = Cotação média diária da ação da Light (LIGT3) na Bovespa, calculada pela divisão do Volume Financeiro pela Quantidade de Títulos negociados durante o período de 16/11 a 15/12

do ano anterior ao cálculo.

- **VE (Valor Econômico)** = Valor baseado em múltiplos crescentes de EBITDA
- **VD (Valor Dividendos)** = Valor baseado nos dividendos pago